



UnB

Universidade de Brasília
INSTITUTO DE ARTES VISUAIS
DEPARTAMENTO DE DESIGN

ANDRÉ TENÓRIO C. V. NERY

**DESIGN E FUTUROS DECOLONIAIS: PROPOSTA DE
METODOLOGIA, PERSPECTIVAS SOBRE A AUTONOMIA
ESPECULATIVA E O FIM DOS FUTUROS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Brasília

2021

ANDRÉ TENÓRIO C. V. NERY

**Design e futuros decoloniais:
Proposta de metodologia, perspectivas sobre a
autonomia especulativa e o fim dos futuros**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao Departamento de Design da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em *design* - Programação visual.

Orientadora: Daniela Favaro Garrossini

Brasília
2021

Dedico este trabalho a nós, em tempos e mundos futuros.

·
·
·

Agradecimentos

Agradeço a minha família pelo suporte em minhas escolhas, pelo carinho e tudo que me possibilitou chegar até aqui. Especialmente a minha mãe Sandra, meu pai Júlio, minha madrasta Érika, a minha avó Marlene e ao meu avô Manoel. A minha irmã Isadora, aos meus tios e primos.

Agradeço aos meus amigos Cleyton, LucasD e Luis Leal. Primeiro pela companhia nesta jornada na UnB, e principalmente nos momentos finais, na pandemia. Nossas conversas e jogatinas no *discord* com certeza foram minha salvação. Ao Cleyton especialmente, que desde os primeiros momentos da graduação foi como um irmão para mim.

Ao meu amigo, João Tonhá, que esteve ao meu lado durante o pânico das intermináveis entregas de final de semestre, enfrentando trancos e barrancos (literalmente), na universidade e na vida. Aprendi muito contigo.

À minha orientadora Daniela, por ter me auxiliado em questões bem além do que pensei que poderia, pelo bom humor a cada reunião e pelos puxões de orelha.

Ao Allan e ao Daniel, pois foi da matéria de *Design Fiction* que surgiu a primeira fagulha do meu interesse pela futurologia no *design*.

Ao pessoal da *Billion Bits*. Vitor, Marcos e Chico. Os quatro anos que trabalhamos juntos foram uma baita experiência. Valeu cada minuto.

Ao meu amigo, Lucas Oliveira, por comprar minhas loucuras filosóficas e paranoias de fim de noite, mesmo estando a quase 10 mil quilômetros de distância. Suas referências e amizade foram essenciais a este trabalho

Agradeço a minha companheira Amanda, pelo suporte incondicional e por ter sido o centro da minha razão no último ano. Por estar comigo em momentos que ninguém mais estaria.

A vocês, que foram e são parte de quem me tornei, quem fez deste percurso mais especial do que seria de outra forma: Tati & Clara, Tetheu, Nati, Aninha, Bárbara, Cesinha, Clarinha, Leon, Júlia, Marja, Camilinha.

Sem todas e todos aqui mencionados, este trabalho não seria possível.

Amo vocês. <3

Resumo

O presente trabalho parte da investigação sobre a problemática que envolve o fim do futuro enquanto elemento da percepção e imaginários sociais. Este fenômeno produziu, ao longo de séculos, a perda da autonomia de especulação sobre futuros possíveis para grande parte da sociedade, bem como sobre a possibilidade de transformação material da realidade, que se pauta por uma política da estética. O objetivo central do trabalho frente a este contexto é formular uma metodologia de futurologia e design que busque, a partir do contexto brasileiro e junto a este, enfrentar as problemáticas atuais sob a ótica de uma ontologia decolonial e regenerativa. Para tal, foi realizada uma revisão de literatura em obras relativas ao design, filosofia, sociopolítica e futurologia, outra revisão serviu ao propósito de compreender o panorama metodológico atual como referência para a proposta da qual resulta esta pesquisa.

Palavras-chave: Metodologia; Futuros; Design decolonial; Ontologia.

Abstract

The current work starts from the investigation about the problematics which involve the end of the future as an element of perception and social imaginaries. This phenomenon produced in the span of centuries, the loss of autonomy related to possible future's speculation, as well as the possibilities for material transformation of reality, based on the politics of aesthetics. The central objective to this research in front of this context, is to formulate a design and futurology methodology that aims – within the Brazilian context and along with it – to face the current problematics under the perspective of a decolonial and regenerative ontology. To accomplish that, a literature review was conducted on works related to design, philosophy, sociopolitics and futurology, another literature review served the purpose of understanding the current methodological panorama as a reference for the proposal that results from this research.

Keywords: Methodology; Futures; Decolonial Design; Ontology.

Lista de Imagens

Fig. 1: Framework de design de transição.....	60
Fig. 2: Túnel de vento da identidade - cenários versus identidades.....	64
Fig. 3: Cones do futuro (expandido).....	69
Fig. 4: Cones de tudo.....	71
Fig. 5: Tabela de categorização metodológica.....	75
Fig. 6a: Diagrama da proposta metodológica.....	85
Fig. 6b: Diagrama secundário da proposta metodológica.....	85

SUMÁRIO

PARTE 1 // Perspectivas iniciais

1.CONTEXTOS INTRODUTÓRIOS.....	8
---------------------------------------	----------

PARTE 2 // Dos conceitos teóricos

2.DELINEAMENTO TEÓRICO	16
2.1 <i>A tríade do design, futuro e política no contexto decolonial</i>	<i>16</i>
2.2 <i>A disputa pelos futuros, no plural.....</i>	<i>24</i>
2.2.2 <i>Entre futuros e políticas</i>	<i>27</i>
2.2.3 <i>A dupla barreira colonial</i>	<i>32</i>
2.2.3 <i>O fim dos futuros.....</i>	<i>36</i>
3. DESIGN PARA UM MUNDO FUTURO	41
3.1. <i>Relações entre design e futuros</i>	<i>42</i>
3.2. <i>Design, ontologia e (De)colonialismo</i>	<i>44</i>
4. POR UM TEMPO DO TEMPOS	51

PARTE 3 // Da teoria à prática

5. METODOLOGIAS DE FUTUROS.....	57
5.1 <i>Framework de design de transição CMU</i>	<i>59</i>
5.2 <i>Túnel de vento da identidade</i>	<i>62</i>
5.3 <i>Seis Pilares.....</i>	<i>65</i>
5.4 <i>Cones do futuro</i>	<i>68</i>
5.5 <i>Avaliação geral das metodologias</i>	<i>72</i>
6. PROPOSTA METODOLÓGICA	76
6.1 ORIENTAÇÕES GERAIS.....	85
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS FUTUROS.....	88

BIBLIOGRAFIA	90
---------------------------	-----------

PARTE 1
Perspectivas iniciais

1.CONTEXTOS INTRODUTÓRIOS

O tempo nos transforma, ou transformamos o tempo? Pode nos parecer, esta, uma questão trivial, afinal na maior parte das vezes não nos atentamos à passagem do tempo. Nos vemos mais como agentes passivos no fluxo temporal do que dotados de agência sobre este. Convivemos com o tempo, experimentamos o tempo e nele navegamos. A maneira precisa de performar essa navegação é também muito pessoal, e neste caso certamente o tempo é relativo. Mas para além da teoria de Einstein, a relatividade do tempo aqui não se trata da força da gravidade ou das distâncias celestes, mas sim das distâncias políticas, socioeconômicas e das forças que estas aplicam sobre nós.

A tríade temporal, conforme a entendemos na contemporaneidade ocidental, ou seja, passado, presente e futuro, orienta tudo aquilo que chamamos de realidade. Apesar da ausência de fixidez desses aspectos, conforme veremos, estamos sempre nos projetando ao futuro, para planejar, ou ao passado, para recordar. A memória costuma embasar nossas ações concretas, é a experiência que confere certa estabilidade para a tomada de decisões. Por exemplo, poderíamos nos formar indivíduos se não possuíssemos memória? E se não houvesse nenhuma intenção em direção ao futuro? Certamente o mundo seria diferente, fosse este o caso.

Podemos dizer que o futuro, entretanto, é um dos aspectos de maior presença no cotidiano. Decerto podemos tentar esquecer o passado. Inversamente, anular o futuro provocaria uma paralisia geral quase instantânea. Cada ação humana, em seus diversos aspectos, é precedida por uma intenção, ainda que inconsciente. Essa intenção é o que se chama aqui de imagem de futuro. O que se segue, então, é a evidência da crise da percepção do futuro provocada pela introdução da sociabilidade neoliberal desde o fim dos anos 70, apesar de este ser um processo mais longo, que será também tratado no desenvolvimento do texto.

A ontologia do modernismo, pautada por uma noção de progresso infinito vinda do final do século XIX, depois difundida no modelo de sociedade liberal capitalista, dá origem ao *homo economicus* como um agente puramente racional (no âmbito financeiro), no qual o interesse e a ação orientam-se justamente para a maximização de resultados de ordem mercadológica. O racionalismo econômico pode e é, neste contexto, antagônico a um estado de bem-estar social. Ainda que

muitos pensadores da corrente liberal econômica afirmem ser esta a melhor (ou a única) alternativa de sociedade, algo que se mostra contraditório tendo em vista principalmente uma noção de liberdade autoproclamada e abstrata, não material.

É neste contexto de desequilíbrios político, social e ambiental, desencadeados pela forma de ser e produzir do racionalismo econômico capitalista, que este trabalho se insere. O caráter de urgência de transformação social e as possibilidades de atuação sobre a realidade são os aspectos que norteiam a construção do objetivo geral de pesquisa a ser apresentado. Objetivo este que caracteriza-se pela intenção de conjugar *design*, futurologia e política, e assim, juntamente ao contexto brasileiro e a partir dele, desenvolver uma metodologia de projeto de *design* e futurologia fundamentada por princípios de decolonialidade. O trabalho atenderá, a partir de uma revisão bibliográfica e conceitual, o desenvolvimento desta metodologia.

Por si só, a volatilidade da percepção do tempo já indica a existência de futuros plurais. Além do âmbito perceptivo, a pluralidade de futuros abrange a variedade de práticas que capacitam a construção do mundo de formas particulares a cada visão de futuro. Resgatar a possibilidade de expressão dessas realidades alternativas torna-se mais uma vez, não só desejada, mas fundamental para obtenção de um estado de bem-estar social, desde muito violentado.

Tais visões alternativas sempre existiram e ainda perduram. Estas foram, ao longo de séculos, expulsas de seus campos de influência, quando não totalmente exterminadas, portanto hoje precisam lidar com uma barreira ontológica e consequentemente socioeconômica, que pretende tão somente promover sua aniquilação, ou ao menos um controle estrito de sua expressão. Esse conflito se estende desde a época colonial, ao menos no que nos interessa neste trabalho. O foco de análise, aqui, é traçado a partir do período colonialista e escravocrata justamente pela dimensão que a violência étnica e ontológica tomou durante o período. Neste momento histórico, a extensão do poder da sociedade europeia cresce exponencialmente e começam a se desenhar os contornos do que hoje entende-se como uma sociedade capitalista.

Tomemos como referência os povos que viveram um dos mais longos e violentos períodos da era moderna, os povos negros e os originários. É evidente que as consequências desse período são ainda latentes, a força necessária para resistir ao processo ativo de opressão sistêmica acaba por refletir numa compressão do

tempo disponível para qualquer outra expressão de possibilidade presente e futura. O projeto de futuro desses povos necessariamente entra em conflito com uma estrutura dominante secular. Esse embate torna impeditiva a livre atividade do pensamento para determinados grupos. Diferentemente, o homem branco não sofre interferência de qualquer pré-determinação de papel social, ou desqualificações partidas de suas características genéticas e fenotípicas.

É comum, por exemplo, que pensadoras e pensadores negros se dediquem primariamente a falar sobre o racismo. O debate é profundamente necessário e preocupante justamente devido à própria existência da pressão constante da violência racial. Não fosse por essa violência, quais outras possibilidades de futuros estariam acessíveis a todos nós?

Estimar esses mundos futuros, o sonho da emancipação, a libertação também para a *práxis*, é uma das principais motivações que fundamenta a presente monografia. Aprofunda-se a questão, e por isso é essencial falar sobre política, diante da evidência da construção do aparato social, jurídico e estatal, sob regência de uma ordem social patriarcal racista, que buscou blindar o grupo dominante e condenar *os outros* à dependência eterna.

Como é possível, por exemplo, que no mesmo sistema em que se enviou robôs a outros planetas e pessoas à lua, haja crises humanitárias tão graves como a fome, falta de acesso à moradia, saúde e água? Decerto que construir um foguete e acabar com a fome no mundo são tarefas de especificidade logística bem distinta, porém, nos atenhamos ao princípio que orienta cada atividade.

A injustiça é naturalizada e torna-se perfeitamente aceitável que pessoas morram aos milhões por causas que poderiam ter sido solucionadas décadas atrás. Atribui-se ao domínio ideológico capitalista essa forma de pensar relações sociais orientada à política da exploração, consumo e produção infinitos, que como vemos, vem levando o planeta ao colapso. A pretensão de hegemonia das sociedades do período moderno, principalmente após a revolução francesa e industrial, é força antagônica direta ao que se busca apresentar como forma de enxergar o mundo ao longo deste texto, a saber, uma cosmovisão pluriversal, pautada por uma ótica decolonialista.

Pode ser estranha a ideia de deixar-se afetar por, ou influenciar algo essencialmente inexistente, como é o futuro. Apesar disso, é no presente que as tendências de realização de nossas vontades começam a surgir. Neste instante nos

cabe agir para influenciar processos que desencadeiam outras reações, resultando em um dado evento ou fenômeno, que, quando concretizado, dificilmente pode ser alterado. Uma possível mudança necessariamente deve ser feita a partir desse novo estado do presente, da realidade resultante das inúmeras interações entre possibilidades no curso do tempo, a configuração inicial de variáveis, porém, nunca retorna ao que era.

O que nos interessa em maior grau são os futuros, entretanto, presente e passado cumprem um papel essencial na construção e especulação desses futuros, por isso não se pode deixar de compreender os outros dois aspectos do tempo. A história não é fixa, o presente não é fixo, o futuro tampouco. Portanto, o encontro entre esses três aspectos do tempo é o que determina o real em dado instante e local, sempre de forma impermanente. Real este que fundamenta então a prática política, difundida para áreas de atuação como a que investigamos, no caso, o *design* e a futurologia.

O *design*, ao menos pelo que se entende por sua prática contemporânea, desde a revolução industrial, é um produtor de “coisas”. As “coisas” tomam a forma das aspirações do *designer*, de suas referências, da tradição, do meio onde se insere e da necessidade. Essencialmente, o *design* condensa micropolíticas num objeto, conferindo a estas um caráter de funcionalidade, através do qual exercem sua potência política, adequada a cada contexto social. Adequada não significa necessariamente melhor, visto que as próprias definições de bom ou ruim são também políticas, e o *design* é um grande representante dessa ambiguidade.

O futuro acaba por ser parte integrante do *design* na mesma medida que a política. O *designer* se apresenta como um futurólogo e o futurólogo age a partir do *design*, ambos permeados pela política. Neste sentido, questiona-se o que pode o *design* frente às problemáticas apresentadas? Quais são suas responsabilidades diante da severa convulsão social que experimentamos, diante do colapso do tempo, diante da história?

Apesar de presente na atividade do *design*, o estudo de futuros, neste caso, ainda encontra seu espaço restrito à diversificação de variáveis que possam cumprir um objetivo central por meio de um processo pré-planejado, que conduz ao resultado esperado. Por outro lado, a futurologia visa aumentar a própria amplitude de objetivos e mundos possíveis, não necessariamente oferecendo uma solução ou

um percurso preciso, visto que, além de não ser este o objetivo dessa área de estudo, por vezes o tal percurso depende de eventos ainda indeterminados.

O fim simbólico do futuro afeta também nossa capacidade de ação, nos condena a uma repetição de nós mesmos, simplesmente pela falta de expectativa ou esperança no amanhã. Talvez a própria aceitação da inconstância absoluta do nosso regime temporal, provocada pelo excesso de informações provenientes do ciberespaço, nos condicione à aceitação passiva do caos social. Somado à dificuldade de contrapor esse modelo social, por estarmos inseridos nele, resta para a maioria de nós o cansaço e o sonho distante de que, de alguma forma, as coisas irão mudar. Neste sistema, o fim do futuro torna-se uma profecia auto realizada.

É urgente, neste contexto, compreender como podemos recuperar a agência sobre os processos que conduzem nossas atividades ao longo do tempo, no âmbito individual ou coletivo. Poderia se falar em formas diversas de recuperar essa tal agência. Aqui tomamos como principais a política, o *design* e o estudo de futuros.

Para concretizar o processo de emancipação sobre os futuros, retornamos ao objetivo da retomada da articulação entre os três campos de atuação mencionados. Há de se notar ainda, que estes campos, por estarem imersos na sociabilidade capitalista, contêm vieses que tendem a reforçar as mesmas estruturas de poder que busca-se confrontar. Porém, faz parte da prática fundamental da futurologia e do *design*, destrinchar processos e fenômenos, buscando compreender suas origens. Resgatar formas de pensar o *design* e a política que vão além da própria categoria conceitual atual de ambos, ou buscar formas se relacionar com tempo de maneiras distintas daquela imposta pelo neoliberalismo, acabam por ser consequências naturais da busca deste objetivo. Em termos de pesquisa, o aprofundamento nestas formas alternativas de atuar sobre o mundo servirá de alicerce para a construção de uma metodologia de futurologia e *design*, resultado desta pesquisa, orientada por uma ontologia decolonial, que busque, a partir do contexto brasileiro e somado a ele, pensar em alternativas ao modelo social atual.

Neste trabalho, portanto, um dos requisitos mais essenciais é trazer à luz do design e da futurologia, estas formas alternativas, ancestrais e contemporâneas, de ser no mundo, distantes do pensamento vigente advindo do período colonial. É importante enaltecer pensamentos relacionais e regenerativos, que busquem atuar sobre a realidade de maneira harmoniosa, não predatória.

Para tal, serão analisados os panoramas metodológicos e teóricos atuais, estejam estes próximos à sociabilidade modernista ou aos saberes decoloniais, formulando uma metodologia própria que dialogue com os diversos aspectos e perspectivas sociais presentes na atualidade. Com isso, poderemos perceber que as três formas de pensar e agir sobre a realidade, a futurologia, *design* e política, tem suas fronteiras muito mais indeterminadas do que se pensa, por vezes sendo desfeitas por outras formas de relacionalidade que nem sequer necessitam estabelecer essas barreiras conceituais.

De forma objetiva, foi realizada uma etapa de análise documental e revisão literária, que contava com alguns autores e autoras fundamentais à construção teórica e prática da pesquisa. Stuart Candy discorre de maneira mais ampla sobre a conjunção entre *design*, política e estudo de futuros, tratando sobre aspectos filosóficos e pragmáticos em torno desta dinâmica. Já Anne-Marie Willis, apresenta o conceito de *design* ontológico, debatido também por Arturo Escobar, que trata também sobre o *design* pluriversal. Por outro lado, Mark Fisher, Franco Berardi e Rafael Saldanha somam ao projeto a partir de um saber filosófico acerca do futuro, relacionado com aspectos políticos da sociedade contemporânea. O Xamã Davi Kopenawa e o autor Bruce Albert auxiliam no entendimento dos desequilíbrios sociais por uma perspectiva Yanomami, uma das percepções antagônicas à lógica capitalista. Outras personalidades, que serão apresentadas posteriormente, contribuem com a pesquisa de forma secundária, ajudando a compreender aspectos análogos ao *design*, política e futuros.

Após a primeira revisão de literatura, cujo objetivo foi o de fornecer embasamento para a parte teórica do trabalho, foi desenvolvida uma segunda revisão de literatura com foco na análise de metodologias de *design* ou futurologia já existentes. Esta etapa teve como objetivo investigar referências e construir um breve panorama metodológico que pudesse indicar vantagens e desvantagens em relação ao problema de pesquisa, assim, contribuindo com a concepção da proposta final.

A expectativa com o projeto é que, através da conclusão do objetivo de pesquisa, seja possível contribuir com a ampliação de uma rede micropolítica, pluriversal, que pense alternativas ao modelo de mundo capitalista neoliberal. A micropolítica, neste caso, é uma maneira de descentralizar ações e intenções, visto que isso expande possibilidades de abordagem e prática adequada a cada contexto

social. Além disso, uma rede diversificada e espacialmente fragmentada facilita sua difusão pelo princípio da adaptabilidade de certos ideais a contextos diferentes.

Por fim, é fundamental ressaltar a seriedade e urgência de contrapor a ordem socioeconômica vigente na atualidade, trazendo o *design* como um instrumento, a futurologia como estratégia, e a política, num sentido mais amplo, como meio. Todos os três compõem formas possíveis de resistência, embora não sejam as únicas. Tendo em vista a aparente dificuldade da tarefa de transformar o contexto socioeconômico atual, como tantas pessoas tentaram e foram suprimidas, é justo tomar emprestado o *slogan* do movimento estudantil de 68 de maio, apresentado por Berardi (2009, p.79), que diz: *sejam realistas, exijam o impossível!*

PARTE 2

Dos conceitos teóricos

2.DELINEAMENTO TEÓRICO

2.1 A tríade do design, futuro e política no contexto decolonial

Há milênios a humanidade mantém uma relação próxima com o próprio futuro, e como poderia não ser de tal forma? Seja sob uma perspectiva biológica ou pela via social e política, a humanidade sempre se pôs a refletir sobre os tempos que estão por vir, independente da época, em escalas e com intensidades diferentes. Por exemplo, alguns podem pensar no que irão comer na próxima refeição, outros, se haverá sequer o que comer. Podemos também pensar sobre a iminência de uma crise climática, sobre o futuro do trabalho ou como as novas gerações serão influenciadas pelas tecnologias digitais. Assistimos séries e filmes que contam histórias de mundos hiper tecnológicos, saturados de propagandas, oportunismos e perigos. Planejamos coisas a todo instante ou outros o fazem por nós, mas nem sempre tais planos se concretizam, pois nem sempre escolhemos as condições de realização destes. Em suma, como dizia Jim Dator (1996), não se pode prever o futuro, pois o futuro não existe. Mas, é nosso papel pensar em futuros alternativos e inventar, implementar, avaliar e revisar futuros preferidos. Como podemos, então, realizar essa tarefa numa era do tempo precário?

O tempo, e especialmente o futuro, tem um papel determinante sobre a vida de forma geral, mas também especificamente sobre todas as relações cultivadas em sociedade, sobre as atividades socioeconômicas e a política como maneiras de estabelecer possibilidades de pensamento e transformação social. Stuart Candy (2010) conceitua a “política da estética”, a partir da visão de Jacques Rancière (2004, p.13 apud CANDY, 2010, p.119) como o princípio de tornar algumas narrativas sensíveis¹ em detrimento de outras, formalizando assim uma hierarquia de poder que estrutura as possibilidades de ação e imaginação em determinada sociedade. Em contraponto ao que é sensível, existem as narrativas invisíveis ao poder político, como a miséria, as causas LGBTQIA+, antirracistas, feministas e ambientais. Candy defende a autonomia geral de se “redistribuir o sensível” através

¹ Sensível, neste contexto, significa aquilo que pode ser sentido, pensado, visto e escutado, determinando assim a realidade política normativa de uma sociedade. Em oposição àquilo que é sensível estão as narrativas invisíveis ao poder vigente. A exploração do trabalho, pobreza, fome, preconceitos de etnia ou gênero, num contexto capitalista, representam formas de invalidar, portanto, tornar a existência e necessidades de determinados grupos menos sensíveis.

dos instrumentos políticos e do *design*, maneiras pelas quais se capacita a sociedade civil a produzir sua própria história.

Fato é que, garantidamente, não se pode escapar do futuro, seja pensando-o ou atuando sobre a realidade, de forma a produzir a própria história. A humanidade se vê obrigada, então, a pensar, experimentar e modificar a realidade para tentar fazer confluir o presente com aquilo que se espera do amanhã. Neste instante, o futuro se apresenta como uma virtualidade à espera de concretização que, segundo Stuart Candy (Ibid. p.36-37), “se transforma na mesma medida em que o presente muda, porém multiplicado, já que existem mais possibilidades do que atualidades”.

Como, então, nos vemos tão acorrentados às circunstâncias do tempo e da realidade que frequentemente nos escapam por entre os dedos, com uma velocidade difícil de acompanhar? Como pode a humanidade cair em um fatalismo imobilista que a obriga a ser mera espectadora do futuro e suas possibilidades, até então, nada promissoras? Para começar a entender a questão, não é possível desviar o foco das conjunturas política e econômica atuais, sendo estes os fatores determinantes das relações de poder e das possibilidades de ação e reflexão.

Neste sentido dissertam Franco Berardi e Mark Fisher acerca do cancelamento do futuro. O futuro chega ao fim quando não se pode mais lidar com ele. A constante enxurrada de informações que circula pelo ciberespaço, imbuído das relações sociais neoliberais, disputam nossa atenção a todo instante, obrigando o indivíduo contemporâneo a viver num eterno presente. A velocidade, muito associada ao progresso da humanidade desde a vanguarda italiana do futurismo, se volta contra o cidadão, “transformando o tempo em repetição, em ilimitada geração de fragmentos idênticos” (BERARDI, 2009, p.99). Por tal razão, Fisher (2009, p.159) afirma que ninguém está entediado, tudo é entediante. E o tédio é, por excelência, a expressão do tempo que não se desenvolve, a ausência de conteúdo dotado de valor subjetivado, é a paralisação simbólica da vida.

Neste contexto, emerge um campo de estudos denominado *futurologia*. O propósito geral da futurologia, segundo Wendell Bell (2004), é “descobrir ou inventar, examinar e avaliar, e propor futuros possíveis, prováveis e preferíveis.” Para o autor, “futurólogos buscam saber: o que pode ou poderia ser (o possível), o que é provável que seja (o provável), e o que deveria ser (o preferível)”. Ainda segundo Bell (Ibid.), a sistematização da futurologia enquanto campo de estudos se difunde gradualmente entre os anos de 1940 e 1960, sem uma data específica. O autor fala

ainda sobre o pensamento orientado aos futuros, de forma menos sistemática, desde a Grécia antiga e até antes disso. Já no século XX, parte dos esforços para pensar o futuro se davam a fim de entender possíveis riscos e oportunidades em relação ao porvir, fato que se confirma pelo alto volume de instituições governamentais e militares recorrendo à especulação de futuros no século passado. A outra parte dessa forma de pensar se concentra na produção literária de ficção científica, cujo início na modernidade é datado na transição do séc. XVIII para o séc. XIX, com marcos em obras como A guerra dos Mundos, Frankenstein e Viagem ao centro da terra, de H.G. Wells, Mary Shelley e Julio Verne, respectivamente.

Assim, voltando à tese de Candy (ibid.), o que é possível, provável e preferível em dada sociedade é também profundamente político. De tal forma, as relações de poder globais interferem diretamente naquilo que se pode pensar e fazer de forma concreta a respeito da transformação social. Sobre esta reflexão, Karl Marx (2012) diz: “Os homens’[sic] fazem sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram”. A partir disso, infere-se que as circunstâncias sobre as quais a história é feita, em países atualmente marginalizados, se encontram ainda mais condicionadas ao projeto político de potências econômicas que buscam manter uma hierarquia social artificial, além da coerção interna desse mesmo modelo social desigual e violento.

Dado o caráter político dos futuros e a possibilidade de interferência nestes, é essencial tratar sobre a colonização e sua influência atual na futurologia. Este evento histórico com profundo impacto sobre as relações de poder e padrões de dominação, foi crucial para a construção da atual sociabilidade capitalista neoliberal nas Américas, bem como a continuidade de exploração humana e de recursos em voga em países diversos, numa espécie de neocolonialismo.

A colonização, desde o século XV, promoveu, para além da violência física, o sequestro da autonomia especulativa e poder de ação sobre os futuros. Então como falar sobre futuros na América Latina, por exemplo, se a região permanece inserida num modelo social e econômico construído sobre os cadáveres de seu povo, um futuro nunca pensado para ou por estes, nunca consciente de suas particularidades e identidades, exceto quando para subjugar-los como “raça inferior”? A futurologia decolonial parece emergir nas últimas décadas como meio e instrumento de resistência pela autonomia dos povos marginalizados sobre seus próprios futuros.

Antes de prosseguir, se faz necessária a diferenciação entre decolonialismo e descolonialismo. Segundo Catherine Walsh (2009), a palavra descolonial indica a intenção de “desmantelar, desfazer ou reverter o colonial; isto é, passar de um momento colonial para um não-colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir”, inversamente, a decolonialidade representa a sinalização e provocação de um “posicionamento - uma postura e atitude contínuas - de transgredir, intervir, insurgir, e impactar”. Em suma, para esta pesquisa, decolonialidade significa o reconhecimento dos processos de colonização antigos e contemporâneos como um processo ativo, que devem ser superados a partir da compreensão de que eles próprios tiveram e continuam a ter influência sobre o processo de formação de identidade dos povos colonizados.

Futurólogos como Jim Dator, em 1975, já tinham noções acerca da descolonização dos futuros, porém num sentido de alusão à própria colonização histórica, desconsiderando seu impacto original sobre horizonte de possibilidades. É possível afirmar que em países que passaram por este evento, sofre-se um duplo processo de colonização. Polak (1961, apud CANDY, 2010, p.28) avalia que as imagens do futuro acompanham ou precedem a ascensão e queda das civilizações. Segundo Candy (2010, p.28) as imagens do futuro são mais que seu sentido literal pictórico, elas envolvem todas as atividades sociais humanas, em que o objetivo comum a todas é a tentativa de “substituir a realidade atual com uma contra-realidade que é ao mesmo tempo uma forma dinamicamente operante de sua imagem do futuro particular.” Neste contexto, imagens negativas que temos acerca da sociedade são paralisantes, nos impedindo de reagir ao forjar imagens mais positivas e construtivas do futuro. Este sentimento fica bem expresso pela personagem fictícia Whiterose (2019), na série *Mr.Robot*:

WHITEROSE— Todos os dias ligamos as notícias, e nos é dito constantemente por nossos líderes, nossos cientistas e nossas religiões que nosso mundo está se desmoronando, e que nós somos o problema, nós somos a raiz de tudo que há de errado, que não temos nenhuma chance.
W.— Isto nos é dito tantas vezes que odiar a si mesmo não é mais considerado uma anomalia, mas uma certeza[...]

Por tal razão é tão importante que o capitalismo se ofereça como a única alternativa viável de sociedade, conforme denuncia Mark Fisher (ibid). O capital anula qualquer possibilidade de mudança no imaginário social, nas imagens do futuro, sendo o próprio capitalismo imposto como única alternativa, ou a menos pior.

Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, dizia rigorosamente o mesmo na década de 90, em uma de suas célebres frases: “Não há alternativa”. Berardi (2009. p.81) analisa o condicionamento do possível ao realismo de forma tal que a possibilidade é uma “dimensão do devir que é libertada das formas implícitas no presente, da constituição necessitante do mundo atual[...]”, e ele continua, estabelecendo o poder como “o sistema de coerção que visa reduzir o real ao necessário, portanto, eliminar a possibilidade de impor a virtualidade”. Assim, entende-se que não há nada de absolutamente necessário na forma como a sociedade opera na atualidade. Nada que constitua uma esfera do real, imutável ou necessário para quaisquer fins. Portanto, a lógica capitalista, ao determinar o que é *ser realista*, condiciona o futuro a uma gama muito restrita de possibilidades organizadas pelo próprio sistema e seus representantes.

Conforme a análise de Fernandes (1972, p.17) em *Capitalismo Dependente*, no colonialismo moderno o sistema econômico de nações dependentes, representadas pelos países latino-americanos, se tornam apenas mercadorias. Suas instituições, cultura, política, mecanismos financeiros e de poder, agregam ao rol de commodities disponíveis ao interesse das potências capitalistas, cujo objetivo é o de transferir o excedente econômico de volta aos países dominantes. Para o autor, a hegemonia norte-americana implica na “incorporação dos países da América Latina ao espaço econômico e sociocultural do capitalismo” (Id. Ibid. p.24). Os futuros, intrinsecamente culturais e políticos, tornam-se então, mais uma mercadoria. Também Maristella Svampa (2013) reflete acerca da predisposição governamental institucional, independente do viés político, em aceitar como destino a posição reservada à América Latina como “exportadora da natureza”, postura característica da burguesia latina. Este processo, segundo a autora, minimiza três fatores cruciais aos futuros, “as enormes consequências ambientais, os efeitos socioeconômicos (os novos quadros de dependência e a consolidação dos enclaves exportadores) e sua tradução política (disciplina e formas de coerção sobre a população)”.

Como já explicitado, os futuros estão intimamente relacionados com a política. Então, é essencial ao modo de produção capitalista, o domínio sobre as imagens do futuro. Visto que estas são tanto determinantes das ações práticas e do desenvolvimento político na esfera individual ou coletiva, no sentido em que promovem a manutenção da cultura produtivista do capital, quanto são determinadas pelas aspirações, desejos e percepções populares sobre o que é possível. Acaba

por haver uma simbiose entre dominantes e dependentes, metrópoles e colônias. O capitalismo não pode perdurar sem a imposição ideológica sistemática do realismo capitalista, isto é, da ausência fabricada de alternativas socioeconômicas. Enquanto a América Latina não pode se desenvolver de forma autônoma, para além do papel de subalterna, principalmente quando representa alguma forma de oposição à hegemonia capitalista.

As maneiras de colonização contemporâneas expõem uma grave condição social. Há uma presença forte de cultura externa, vinda das potências políticas, através do consumo e do entretenimento em quase todo o mundo. Ao consumir a cultura do capital, os cidadãos e cidadãs buscam realizar-se naquilo que não é próprio de sua identidade. Na verdade, essa aspiração ao devir capitalista pode causar danos severos ao tecido social, vide a crescente desigualdade, além de índices altíssimos de depressão e suicídio² entre jovens³, comumente relacionados à falta de expectativa, pressão social excessiva e problemas financeiros. Isso não significa que as trocas culturais entre quaisquer países, por si mesmas, representem algo abominável. Porém, há uma tendência de sobreposição cultural baseada no consumismo quando esta relação é composta por países dominantes e dependentes. Este processo culmina numa espécie de cultura vazia de significado e identificação com o povo que a consome, fato que se relaciona intimamente com o período colonial e com a própria noção do que é, ou devem ser, os futuros.

Os padrões de dominação sobre as narrativas do futuro, então, permeiam as novas relações sociais, destituindo o indivíduo de sua relação com o tempo e incapacitando-o de transformar o “real”. Como destaca Franco Berardi (2009, p.138):

Que imagem do futuro pode ser gerada em um cérebro social fragmentado e celularizado até o ponto de não poder reconhecer-se como sujeito unitário? Na esfera do tempo precário, não se pode formular nenhum projeto de futuro, porque o tempo precário não se subjetiviza, não se torna sujeito de imaginação nem vontade de projeto.

Isso indica que o futuro enquanto objeto do pensamento e eventualmente no sentido literal, está sob ameaça, senão já acabado.

² Franco Berardi trata o suicídio como uma patologia da nova era em que vivemos. O autor diz: “o suicídio é o verdadeiro fenômeno emergente da época que se segue ao fim da esperança, à dissolução de toda alternativa social e política.[...] a catástrofe que acompanha a supressão da própria existência sem esperança e sem futuro”. (Depois do Futuro. 2009, p.171)

³ Entre os anos de 2000 e 2015, o suicido de brasileiros na faixa etária entre 10 e 19 anos cresceu por volta de 47%. (CICOGNA, Júlia, et al. 2019.)

Apenas através de uma emancipação futuroológica é possível traçar os caminhos que levam até, ou evitam possibilidades futuras, e apenas possuindo acesso às ferramentas de transformação social adequadas, é possível pavimentar o percurso em direção a futuros justos e desejáveis. Dessa forma, resgatar o direito de pensar sobre os futuros e realizá-los por meio da transformação prática da realidade — em conjunto com a necessidade de democratização dos futuros e superação do capitalismo — é e será cada dia mais uma questão de sobrevivência física, psíquica e poética.

Assim, nota-se, nos planos para o futuro de uma classe dominante restrita, a continuidade da exploração e violência colonial. De tal maneira que se faz necessária uma visão de futuros voltada para a superação do colonialismo, pela autonomia de se pensar e concretizar futuros por meio da potência transformadora do *design* e a partir de uma óptica própria dos povos, até então, marginalizados.

O *design* se insere neste complexo sistema como um instrumento histórico de mediação entre as diversas forças determinantes de uma dada organização social, materializando o poder político (e para todos os efeitos, ontológico) em objetos de uso cotidiano, e sendo por eles também amplificado. Dotado de tal responsabilidade, é imprescindível entender a prática do *design* posicionada em relação de reprodução da sociabilidade capitalista. Por sociabilidade, entenda-se uma forma de estruturar as relações sociais de forma que estejam dadas, para todo e qualquer cidadão nascido sob este sistema, regras e limitações que induzem maneiras específicas de se relacionar com a realidade, a natureza, a produção e com outras pessoas

A historicidade do design em relação ao sistema dominante se estabelece impetuosamente com o início da era moderna, por volta do ano 1500, juntamente às grandes navegações. Papanek (1985) alegava que “o conteúdo telésico⁴ de um *design* deve refletir os tempos e condições que lhe deram origem e deve se ajustar à ordem sócio-econômica humana geral em que ele deve operar”. O autor faz tal afirmação como um prognóstico dos aspectos da função no *design*, porém, o trecho funciona também como um diagnóstico das condições de insustentabilidade atuais.

⁴ “O conceito de téleses, criado por Lester Frank Ward, é entendido como a direção inteligente de um esforço para atingir um objetivo específico, ou seja, uma adaptação estratégica. O conceito de télese tem servido para compreender a evolução histórica do *design* como resultado de sua relação fenomenológica com o contexto cultural, resultando em constantes reorganizações sustentadas por uma compreensão do contexto e que provocam as mudanças paradigmáticas que serão analisadas neste texto. É por isso que Papanek a integrou como base de um projeto mais racional.” (SOLANO-MENESES, 2019). Tradução livre.

Imbuído, agora no século XX, de uma ontologia modernista, a qual será melhor conceituada posteriormente, a prática do *design* e o próprio *designer* não tem escolha senão projetar a partir de condições sociopolíticas pré-estabelecidas no capitalismo, fenômeno este que reforça determinados interesses de classe e aprofunda desigualdades. Até mesmo em casos onde aparentemente há uma melhora na qualidade de vida geral na sociedade, tecnologias são capazes de gerenciar ou amplificar certos discursos políticos que reforçam os padrões de dominação que produzem a necessidade e escassez artificiais.

Abdala e Moreno (2019, p. 2509) sintetizam a discussão sobre um *design* decolonial, afirmando que “se compomos projetos a partir de premissas ontológicas e epistemológicas, esses projetos refletem e reproduzem os discursos que os fizeram nascer”. Isso implica a possibilidade de alterarem-se as premissas sociais para que projetos decoloniais possam florescer e amplificar os saberes empregados em sua gênese. Significa também, afirmar que o *design* enquanto prática material e simbólica está arraigado às práticas coloniais e industriais que formaram o mundo contemporâneo, ressonando as tais crises anteriormente citadas. As autoras trazem um amplo leque de escritoras e escritores, alguns dos quais analisaremos mais profundamente neste trabalho, que pensam o mundo por uma cosmovisão alternativa à modernidade capitalista.

Esse movimento de decolonização do *design* se faz necessário, pois, conforme Escobar (2018, p.110) demonstra, “ao projetar ferramentas, nós (humanos) projetamos as condições de nossa existência e, por sua vez, as condições de nosso projetar”. Portanto, estender a filosofia do design para além do pensamento modernista, é reativá-lo como potência de transformação ontológica do mundo, ação esta que contribuiria com a realização de um estado de pluriversalidade, conceito estabelecido como “a coexistência de múltiplos mundos” em um só (ESCOBAR, 2018, p.70).

O desafio, aqui, é retomar a articulação tríade entre *design*, política e futuros, partindo de autores como Stuart Candy e Arturo Escobar, que discorrem sobre o mesmo tema. Este pensamento deve, então, ser aplicado em conjunto à realidade local de onde se realiza o projeto, resultando em uma metodologia que caiba à realidade brasileira e contribua com a movimentação deste estado de autonomia especulativa e prática.

Para evidenciar a seriedade e urgência dos temas, é necessário que as pessoas primeiro entendam sua própria realidade. Conforme Mark Fisher (2020) disse, em referência a Spinoza, liberdade é a ação de reconhecer os efeitos causais que incidem sobre você. Ou seja, liberdade é a qualidade de quem é capaz de relacionar causa e efeito, apenas sendo livre o indivíduo que reconhece o quanto é determinado por fatores externos e internos.

2.2 A disputa pelos futuros, no plural.

A intenção, aqui, é demonstrar como as ideologias dominantes contribuíram com o atual desequilíbrio social. Da mesma forma, ilustrar como se perpetuam as lógicas produtivas e simbólicas que conduzem ao fim do futuro enquanto objeto de percepção, bem como seus reflexos na restrição da autonomia da prática e reflexão acerca de futuros alternativos à lógica capitalista.

Para melhor alcançar o objetivo de pesquisa, é necessário compreender o funcionamento básico do modelo socioeconômico que construiu a realidade contemporânea, tal qual a entendemos nos contextos aqui examinados, especificamente, locais que sofreram o processo de colonização europeia e estadunidense. A partir disso, será efetuada também a introdução dos aspectos culturais da disputa pelos futuros, tendo como base o período da modernidade e o modernismo enquanto movimento artístico cultural no século XX. Busca-se neste capítulo, de forma geral, discorrer sobre as questões relativas ao direito geral de agência sobre os futuros possíveis, seja no âmbito pessoal ou comunitário, tendo em vista a dinâmica simbólica e prática entre futurologia e política.

Inicialmente, devemos nos familiarizar com dois conceitos, deixando evidente uma posição política. A começar, entende-se o capitalismo como um modo de produção baseado em princípios de acumulação (lucro) e progresso indefinidos, a partir dos quais as relações de poder e interesse entre classes se estabelecem e entram em conflito. Objetivamente, tomamos as características estabelecidas por Bobbio (2010, p.141), que distinguem o capitalismo de outros modos de produção, sendo estas:

- a) propriedade privada dos meios de produção, para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre;
- b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal;
- c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro.

Estas três características centrais, articuladas entre si, produzem e se alimentam da racionalização de uma conduta de vida que, ainda segundo Bobbio (Ibid.), culmina no sistema político liberal, historicamente coexistente ao capitalismo. Este racionalismo político e ideológico diretamente atrelado ao racionalismo econômico capitalista, baseado no individualismo e na propriedade privada, é o que se entende neste texto por liberalismo.

Por fim, o neoliberalismo, que se apresenta como norma de pesamento sociopolítico vigente na atualidade, desenvolvido a partir do liberalismo por volta dos anos 70, aprofunda as relações sociais imanentes ao capitalismo tardio. Saldanha (2018) explica que o livre mercado, elemento dado como natural para o liberalismo, para o neoliberalismo torna-se um elemento a ser ativamente produzido. Esta alteração conceitual acaba por requisitar um estado de pura competitividade para sua concretização. O estado mínimo neoliberal se dá apenas no âmbito econômico, pelo entendimento de que qualquer intervenção na economia fere o direito à liberdade absoluta dos indivíduos e a propriedade privada, exatamente por afetar diretamente a margem de lucro, fim último do racionalismo econômico capitalista. Apesar disso, o papel do estado neoliberal se expressa com vigor ao agir sobre a legislação, os territórios, a formação política, social e cultural, para garantir a manutenção da ordem econômica capitalista.

O que Saldanha (ibid.) ressalta, é que neste sistema não só o mercado precisa ser produzido, mas o próprio indivíduo, dada a necessidade de realização daquele estado de competição a partir de meios indiretos, visto que o estado não pode agir objetivamente sobre a liberdade alheia. O que se extrai dessa relação é que o cancelamento do futuro está diretamente relacionado à transformação do sujeito em capital humano, ou simplesmente num *empresário de si*. Ao se tornar tanto empresa quanto empresário, todos precisamos render, de preferência progressivamente mais, como se espera de qualquer empresa. Cada ação torna-se então um investimento, o risco inerente a essas transações humanas evoca a noção de uma sociedade de risco, ideia que será apresentada alguns capítulos adiante.

Losurdo (1998) trata sobre pressupostos chave do liberalismo, elaborando um contraponto a partir das ideias de Hegel e Marx. Assim, ele percorre temas como as noções e antagonismos entre liberdade, indivíduo, estado e comunidade. O autor explica a crítica que Hegel faz ao esquecimento do indivíduo por parte do

liberalismo, tendo como ponto de partida a tese do contratualismo jusnaturalista, onde a sociedade civil se define como um acordo entre indivíduos livres. Neste contexto, quem são de fato os indivíduos livres?

Para o liberalismo contratualista, indivíduos livres são os detentores da propriedade privada, especialmente dos meios de produção. Sendo estes os únicos com poder político e econômico real, dão a si próprios o direito de manipular as normas, o estado, a cultura e, como veremos, os futuros. Infelizes são aqueles que não detém propriedade, visto que são “livres” para fazê-lo. Inevitavelmente os proprietários tornam-se detentores também dos corpos e vontades daqueles subjugados por eles. As classes subalternas de forma alguma participam do tal acordo entre pares livre, teorizado pelo contratualismo liberal.

Não à toa Constant (1970, p.102 apud LOSURDO, 2006, p.199), teórico capitalista durante a passagem do século XVIII ao XIX, distinguia proprietários de não proprietários, onde os segundos sequer seriam dignos de direitos políticos devido a sua condição. Neste contexto, os proprietários seriam donos da própria existência do trabalhador, visto que poderiam negar-lhe o trabalho, principalmente por estes não possuírem renda para viver “independentes de qualquer vontade alheia”. Essa forma de pensar ainda se expressa, com outra roupagem, no liberalismo contemporâneo. Através das atuais relações de trabalho assalariado, é mantida uma forte relação com os padrões de dominação ideológica e econômica sobre os futuros, tema que aqui nos interessa.

Não parece estranho que este modelo ideológico tenha ganhado tração pouco depois das grandes navegações, e alcançado seu auge político e filosófico durante a colonização das Américas e escravidão? Embora seja evidente a contradição de escravocratas se afirmarem como defensores da liberdade, essa tal liberdade nunca foi destinada às “raças inferiores”, como recorrentemente professavam.

Sassen (2016) trata sobre a brutalidade da economia política global, protagonizada pela lógica sistêmica de expulsões, difundida em escalas, lugares e momentos diversos. A autora retrata as tais expulsões como problema central da economia política global. As expulsões se tratam da eliminação de determinados grupos da ordem social e econômica de um ou vários locais. Como exemplos, temos a expulsão de trabalhadores de baixa renda da vida política, do bem-estar e da saúde, através de ações programáticas que buscam a manutenção da ordem social capitalista em favor de interesses particulares.

A autora discorre sobre o que ela chama de “tendências subterrâneas”. Através desse conceito são conectados elementos além daqueles que se pode enxergar partindo de categorias familiares e conceitualmente restritoras. Estes elementos são normalmente difíceis de se enxergar através de indicadores geopolíticos, econômicos e sociais familiares, pode ser este o caso da questão relativa à expulsão da maioria das pessoas de sua participação nas possibilidades do próprio futuro. Como se avalia se alguém de fato pode ou não ter poder de decidir sobre o futuro e até que ponto qualquer um, de qualquer classe, pode fazer o mesmo? Essa problemática se complexifica no contexto do neoliberalismo, que tem como principal promessa e propaganda, a liberdade absoluta dos indivíduos em oposto ao “autoritarismo” do coletivismo e do Estado. De tal maneira os resultados da vida dos indivíduos são fruto exclusivo de seu próprio esforço.

Apesar disso, deve-se recusar em um primeiro momento a análise de Sassen, partindo das tendências subterrâneas, que estabelece como um dos princípios da tese, a ideia de que velhas *superestruturas* conceituais devam ser eliminadas para se chegar ao centro das questões. Neste caso, mantém-se a análise inserida numa perspectiva materialista histórica, no possível, vista a necessidade de tratar do futuro, um tema imaterial em sua natureza, mas com implicações reais. Para tal, como explicado anteriormente, é necessário capturar em totalidade essas macroestruturas que determinam as dinâmicas de atuação sobre os futuros. De tal forma que se possa compreendê-las para superá-las, reconhecendo ainda o peso histórico e político que as superestruturas têm sobre o tema, justamente por serem questões profundamente sistêmicas, comumente mascaradas pelas circunstâncias da realidade.

2.2.2 *Entre futuros e políticas*

Em sua fala sobre a política da estética, Candy (Ibid., p.119) antes reconhece a presença de formas mais óbvias de política, como a atuação de partidos, leis e deputados. Este modo de pensar a política, entretanto, parte de um processo de despolitização pertinente aos interesses capitalistas, que busca afastar a população geral do poder de decisão e suprimir sua voz nos espaços democráticos, restringindo a política, simbolicamente, à classe dos políticos. Candy defende que a política é mais que isso, ela está presente em todos os aspectos da vida, nas coisas

que consumimos, nos objetos que utilizamos e nos espaços que frequentamos. De tal maneira, uma política dominante qualquer, determina aquilo que é sensível à sociedade, o que é visível ou invisível, audível ou inaudível, pensável ou inimaginável.

Com isso, o papel da futurologia seria também o de “redistribuir o sensível”, abrindo oportunidade para que novas vozes e imagens, anteriormente reprimidas, se façam presentes e disponíveis como uma nova possibilidade de futuro, através de um fazer político. Aqueles à margem social representam o que é, ou deveria permanecer invisível, inaudível e impensável. Dessa forma, um futuro pleno e igualitário é inimaginável. Isso se dá não como fato natural, mas naturalizado através da imposição sistemática da violência de suas contrapartes sociopolíticas. Neste contexto, o homem branco capitalista heterossexual seria aquele que estipula, em última instância, o que é sensível ou não, dada uma estrutura de poder construída em favor dessas características. Ao determinar o que é sensível, controlam-se as narrativas, a história e as próprias imagens do futuro.

Tendo em vista o pensamento de Losurdo, apoiado em Hegel e Marx, é fundamental questionar: como se dão as relações de “propriedade” sobre o futuro? A quem pertence o tempo no contexto capitalista? Além disso, há, no ideal do sujeito enquanto empresário de si, uma cobrança por produtividade interminável, em busca da satisfação vazia do lucro pelo lucro, que nos impede de viver uma vida dotada de significado e plenitude, onde as contradições capitalistas tornam-se normas sociais compulsórias. A mais-valia — processo que pode ser grosseiramente entendido como a obtenção de lucro pelo capitalista através do valor excedente de trabalho não pago ao trabalhador⁵ — também pode ser pensada em sua incidência sobre o tempo e o futuro. Visto que, taxativamente, o tempo gasto pelos trabalhadores, seja em seu ofício ou em atividades secundárias impostas também pela sociabilidade capitalista, equivale ao tempo livre ganho pela burguesia. Não ao acaso, para concretizar o futuro, é necessário ter tempo livre e um projeto político bem definido, dois elementos amplamente negados à classe trabalhadora.

⁵ Para ilustrar melhor a questão: uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), definiu que o salário mínimo para atender a todas as necessidades básicas (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social) conforme previsto na constituição (Art. 7º, inciso IV), deveria ser, em janeiro de 2021, no valor de R\$ 5.495,52. Bem distante dos R\$1.100,00 oferecidos nesta data. Ainda assim, vemos taxas de lucro recorde ano após ano em empresas multinacionais, grandes bancos e investidores.

Portanto, através do processo de despolitização, são destituídas do povo as ferramentas de transformação prática do presente. Então o assalto ao próprio tempo e domínio sobre as imagens do futuro, removem o espírito da esperança daqueles que dela necessitam. De tal maneira o capitalismo se mostra uma máquina eficiente na expulsão dos cidadãos da participação da construção e capacidade de pensar os futuros possíveis. Ironicamente este fenômeno se funda sobre o pretexto propagandístico da liberdade abstrata que, como diz Hegel (1997), é vazia de conteúdo, ou uma liberdade negativa.

Pensar em recuperar o direito pleno aos futuros, tem como condição inevitável o acesso às ferramentas políticas, verdadeiramente democratizadas e a criação de uma nova consciência sobre o tempo e as imagens do futuro. Para tal, não existe outro plano de ação senão a superação do capitalismo. De toda forma, há um grande desafio no processo de recuperação de agência sobre os futuros que passa por velhas disputas políticas e econômicas que, com base na teoria de Sassen, torna justa a reflexão sobre tais problemas serem de fato novos ou apenas versões extremas de problemas antigos. Resta a nós o velho desafio secular das massas, como superar as coerções capitalistas mesmo sendo nós mesmos parte do sistema em todos os aspectos da vida social?

Para além do contexto econômico e político apresentado, a cultura também passou pelo mesmo processo de incorporação da sociabilidade capitalista. Durante o século XX, pode-se observar o modernismo como mais influente movimento cultural. Apesar das renovações artísticas do período, aqui trata-se especificamente da ideia de progresso, do abandono da tradição e das intenções de universalização próprias ao modernismo.

Por outro lado, não se pode deixar de tratar sobre a modernidade enquanto período histórico. O iluminismo, momento aproximado a partir do qual se institui a modernidade, foi também precursor da forma de ser que hoje nos deparamos. Sobre este período, Tony Fry (2015, p.23 apud ESCOBAR, 2017,p.117) alega que a modernidade “não se limitou a tirar o futuro das pessoas que ele danificou e explorou, mas pôs em marcha um processo que negou o futuro e ‘desfuturou’⁶ tanto os nascidos como os não nascidos”. Percebe-se que em algumas das principais

⁶ Não há uma tradução para a palavra em questão, *defutured*. Ela se origina de outra palavra apresentada por Tony Fry e Escobar, *defuturing*. O prefixo *-de* significa uma inversão ou remoção de algo, enquanto o sufixo *-ing*, no inglês denota uma ação. Unindo ambos ao radical *future*, temos justamente o significado de negação do ato de fazer, ou agir sobre o futuro.

esferas de ação humana nos últimos cinco séculos, como a política, economia e cultura, houve um direcionamento compulsório das formas de saber e agir para aquelas advindas das sociedades europeias. Sendo estas as formas do saber colonialista preponderantes, começamos a delinear as relações de causa e efeito entre a ontologia europeia e as crises sociais contemporâneas.

Porém, Escobar (2018) relaciona o processo de destruição sistemática da natureza e o “desfuturamento” de Fry, a questões anteriores à modernidade. Por exemplo, para o autor, que parte do trabalho de Claudia von Werlhof, “o patriarcado vai bem além da exploração das mulheres; ele explica a destruição sistemática da natureza” (ESCOBAR, 2017, p.10). Visto que a cultura patriarcal se define pelas “ações e emoções que valorizam a competição, a guerra, as hierarquias, o poder, o crescimento, o domínio de outros e a apropriação de recursos, combinados com a justificação racional de tudo isso em nome da verdade” (ESCOBAR, *ibid.*, p.13).

O pensamento patriarcal, então, retroalimenta-se junto ao pensamento modernista, e informando-se, estes resultam numa ontologia e lógica cultural próprias do capitalismo contemporâneo. Compreender a intenção de universalização da modernidade, e posteriormente do modernismo europeu, nos ajuda a vislumbrar a possibilidade de superação desse modo de vida.

Para além das relações históricas entre política e colonialismo, a futurologia conta especificamente com alguns pensadores que buscam fazer um diagnóstico da futurologia posta em relação com os processos de colonização. Será apresentado então, um breve panorama demonstrativo das ideias de algumas e alguns desses autores de maneira mais específica no momento, enquanto os demais estarão presentes ao longo dos capítulos posteriores.

Susantha Goonatilake (1999, p.81), por exemplo, salienta que para pessoas não ocidentais, o imperativo de capturar as rédeas da imaginação serve tanto para “se livrar das amarras intelectuais de outros e para perceber a si mesmos socialmente.” Neste caso, ela investiga como uma visão seletiva de futuro é socialmente construída, e, além disso, como ela é mantida. Simultaneamente, a autora busca entender como alguém poderia se desvincular de tais “formulações restritivas”.

Ziauddin Sardar, em concordância com Susantha, já no início dos anos 90 demonstrava preocupação com a colonização do campo de estudos de futuros por parte da mentalidade ocidental contemporânea. Sardar (1993) dizia que o “estudo de

futuros usou o relacionamento de dominação entre culturas ocidentais e não ocidentais para definir a si mesmo e delinear seu escopo e áreas de pesquisa”, assim, estabelecendo a partir da ótica colonial, o que era ou não importante para os futuros. O autor continua, afirmando que a crise mundial desencadeada pelo ocidente se relaciona com a política ambiental e a economia do crescimento estabelecida por estes países dominantes.

Sardar (Ibid. p.181) apresenta-nos uma visão geral do propósito da futurologia ocidental que parece se manter até os tempos atuais, e é diametralmente oposta à que se busca alcançar neste trabalho. O autor relata que o propósito do exercício de futurologia no ocidente é “desenvolver um horizonte de futuro onde o resultado de pesquisa em alta tecnologia possa ser empregado para a evolução ou melhores estratégias para garantir que o *status quo* seja mantido”. O que essencialmente, representa a lógica de progresso e acumulação de capital sob uma ilusão de desenvolvimento que não pressupõe a sustentabilidade social ou ambiental.

Ainda hoje é possível perceber a colonização do campo de futurologia. Por vezes os profissionais da atualidade se prendem às visões de mundo tecnocráticas, de uma noção de progresso que, de forma idealizada, deveria nos livrar das atuais crises socioambientais. Esta forma de perceber futuros busca tão somente ensaiar uma solução de maneira teatral, cuja responsabilidade de sucesso se volta à tecnologia e aos indivíduos da sociedade civil, mas sem qualquer espécie de questionamento sistêmico objetivo. Apesar disso, outros tantos grupos vêm se mostrando influentes no meio, discutindo uma futurologia relacional, decolonial e que centralize os princípios produtivos capitalistas como parte inequívoca da destruição estrutural das possibilidades de futuros.

Inayatullah (2008), ao apresentar um dos conceitos fundamentais ao estudo de futuros, os “futuros usados”, exemplifica o caso de algumas cidades asiáticas que tendem a seguir o mesmo padrão de desenvolvimento urbano de cidades ocidentais. Ele explica que estes locais esqueceram suas tradições e a vida em comunidade, bem como seu vínculo com a natureza. Agora, estes povos precisam decidir entre encontrar novas formas de criar futuros ou se contentar com a ideia de futuro descartada por outros povos (INAYATULLAH, *ibid.*, p.5).

Fica evidente a preocupação de autoras e autores da futurologia acerca da colonização dos futuros e suas extensões políticas. Foram apresentados apenas alguns nomes que compõem uma vasta gama de futurólogos que partem de um

local de fala não ocidental, decolonial e relacional por excelência. Podemos, então, inferir a partir deste panorama inicial, quais outros aspectos da colonização incidem sobre as estruturas sociais e atividades produtivas aqui avaliadas.

2.2.3 A dupla barreira colonial

“O futuro não pode ser previsto, pois o futuro não existe”, aduz Stuart Candy (2010) a partir de um escrito de Jim Dator⁷ (1995) sobre a primeira lei acerca do estudo de futuros. A condição de não existência do futuro pressupõe a ideia de que as possibilidades de progressão do tempo podem resultar em infinitos cenários diferentes, mais ou menos prováveis, cabendo a nós, concretizarmos a história a cada instante.

Conforme vimos em Marx, produzir a história significa atuar sobre as relações econômicas, sociais e políticas de forma a conduzir o curso das ações práticas que determinam a realidade, ainda que passíveis de interferência externa ao nosso querer. Dadas as questões determinantes das possibilidades de fazer a história, questiona-se como, então, obter maior autonomia sobre estas circunstâncias, ou ao menos sobre a forma com que elas se expressam na realidade.

Assim, a política é idealmente um meio e uma ferramenta através da qual se realizam as decisões que determinam a sensibilidade de certas narrativas. Mas a política não se faz de forma isolada, tendo em vista a diversidade de projetos de mundo conflitantes ou as relações internacionais. A política também não se faz de forma controlada e racional, ela está sempre passível de determinações exteriores à vontade democrática dos cidadãos, vulnerável à instrumentalização para fins de benefício pessoal ou para a manutenção da estrutura dominante, por exemplo. É nessa matriz de relações complexas que um dos argumentos centrais deste trabalho se baseia: países marginalizados, há muito tempo assolados pela colonização, se encontram destituídos do direito de construir seus próprios futuros, através de um processo duplo de colonização.

Como se estabelecem, então, as relações macropolíticas na imaginação e realização de futuros em um país, e na relação deste país com outros na matriz de forças geopolíticas que determinam o curso da história? Não faltam exemplos

⁷ James Allen Dator é professor e diretor do Centro de pesquisa do Havaí para o estudo de futuros no departamento de ciências políticas, na Universidade do Havaí em Manoa.

históricos de como certos grupos (e países) se sobrepõem a outros, quase sempre através da força. Destaca-se o processo de colonização vivido pelos países da América Latina, África, Oriente Médio e parte das nações asiáticas. A colonização se estabelece como o ato de apropriação do espaço até então ocupado por outro grupo de pessoas. Ela pressupõe a substituição da cultura local através do etnocídio, da exploração de pessoas e recursos, além da destruição da soberania local sobre seu desenvolvimento, geralmente centrado em diferentes formas de organização social.

Porém, há outra face da colonização apresentada por Jim Dator, o primeiro autor a mencionar a descolonização dos futuros. Dator (1975), assim como outros futurólogos, acredita que o futuro também está colonizado. Isso significa, para ele, que há um desequilíbrio no balanço entre forças incidentes sobre os futuros, marcado pelo antagonismo entre as estruturas de poder, que ganham cada vez mais controle sobre os instrumentos políticos, e o cidadão comum, que permanece ignorante e estruturalmente impotente. Ainda assim, o autor entende o processo de colonização do futuro como metafórico em alusão à colonização real⁸. Neste ponto de inflexão acerca das diferentes formas de colonialismo, é necessário afirmar que os países hoje marginalizados, sofrem um duplo processo de colonização.

Neste sentido, os futuros devem ser descolonizados no sentido em que estes precisam ser plurais para que o propósito de seu estudo seja cumprido. Se aspiramos alcançar um ponto de vista único acerca do que o futuro pode ou deveria ser, a própria lógica de se pensar futuros se torna contraditória. Dito isso, não se pode ignorar o impacto do processo histórico da colonização sobre a identidade, desenvolvimento político, econômico e a expressão cultural dos países afetados, nem como estas relações se objetivam e subjetivam na contemporaneidade.

As classes sociais cumprem um papel fundamental na manutenção das estruturas de dominação de um capitalismo hegemônico. Segundo a tese de Darcy Ribeiro (1995, p.178), e neste caso, restringindo o recorte teórico à realidade brasileira, visto que este também é o ponto de partida do autor, existem 4 classes sociais. A classe dominante (1), de número insignificante, que se mantém no poder devido ao apoio das outras. Os setores intermediários (2), que atenuam ou agravam tensões sociais, são compostos por pequenos oficiais, profissionais liberais, policiais,

⁸ “Real” no sentido que a colonização histórica é a origem da metáfora de Dator, e evidentemente a violência física e cultural aplicada sobre os povos nativos das colônias é mais tangível do que a colonização do futuro enquanto fenômeno simbólico, neste primeiro momento.

professores, o baixo-clero e similares. Depois destes, surgem as classes subalternas (3), formada por trabalhadores com empregos estáveis, trabalhadores especializados, pequenos proprietários, arrendatários, gerentes de grandes propriedades, etc. Por fim, abaixo de todos os outros, está a classe operária (4), dos marginais, serventes, tratados como escória, destituídos de sua cidadania e participação política. No caso dos últimos, é válido ressaltar que frente à promessa de liberdade e mérito próprias do neoliberalismo, “não é possível ser livre sendo miserável. Livres escolhas são radicalmente limitadas na pobreza e, por consequência, na subserviência social.” (SAFATLE, 2012, p.170). Tal estrutura não se mantém por conta própria. É preciso uma força reconstrutiva (e destrutiva) para garantir a naturalização dessa hierarquia socioeconômica, bem como promover a fragmentação de grupos com potencial de insurgência contra a ordem vigente. Neste grupo se incluem a classe operária, mas principalmente, no âmbito cultural, as classes intermediárias, onde a barganha pela opinião pública acontece com maior intensidade.

O processo de manutenção de um neocolonialismo que compromete a autonomia sobre as formas e noções de desenvolvimento, atinge também a relação dos cidadãos com o futuro. Ora, se os futuros são intrinsecamente políticos, e a política num país capitalista dependente é determinada por agentes externos, a partir de interesses alheios à identidade dos explorados, significa que não há controle sobre as aspirações de possibilidades futuras, exceto quando as mesmas correspondem ao projeto de poder imperialista. O imperialismo, para Bobbio (2010, p.12), surge como um instrumento de controle das contradições capitalistas que ameaçam sua sobrevivência. O crescimento das taxas de lucro em detrimento do bem-estar da classe operária, da qual o capitalismo depende, por meio da extração de mais valor, acabaria por gerar uma convulsão social interna com risco de revolta desta classe. Para evitar isso, a exploração imperialista amplia sua ação ao nível internacional, para os povos mais vulneráveis, o que permite fazer concessões à classe trabalhadora dos países dominantes.

Conforme salienta Florestan Fernandes (Ibid. p.24), a comunicação em massa, educação e cultura são elementos fundamentais no processo de condução da política de dominação capitalista. E por que isso é tão relevante ao se tratar de futuros? Bem, as imagens do futuro de um povo são formuladas a partir de sua vivência histórica, normalmente englobam uma interpretação das condições

materiais passadas e presentes, fatores cuja percepção é intermediada pela cultura e educação. Com isso, os veículos de comunicação em massa, a educação e mais recentemente, o meio digital, atuam como pontos de processamento de informações, essencialmente determinantes de como e quais narrativas chegam ao público, bem como a maneira com que são disseminadas por entre as estruturas sociais.

Nesse sentido, aliando as teses de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, percebe-se que as classes intermediárias atuam como mediadoras do imaginário social, tensionando forças e disputas entre as outras classes. Serão apresentados a seguir, alguns dados de pesquisas distintas para corroborar o cenário argumentativo.

Segundo dados do IPEA (2011, p.142), sobre a percepção da população acerca do uso do tempo em relação à cultura, quanto maior a renda familiar, maior a tendência de um indivíduo frequentar atividades culturais, onde 71% dos entrevistados afirmaram que os preços altos são obstáculos ao acesso à cultura. Seguindo o raciocínio, 56% dos entrevistados alegaram elitismo e preconceito de classe como outra razão pela qual se evita o consumo cultural. Segundo o IBGE (2019, p.109), a diferença de gasto absoluto em cultura entre os grupos com maior e menor renda, foi de quase R\$1400,00. A diferença em gastos totais se traduz num alinhamento político e ideológico das produções culturais com aquele público que oferece maior rendimento financeiro. Sobre a cultura do capital, Ianni (1979, p.26 apud DA LUZ, 2008, p.76,) constata que as formas de produzir e pensar “que codificam a visão burguesa do mundo passam a ser produzidos e multiplicados”. Dessa forma, produtos culturais como jogos, livros, filmes, objetos de arte, dentre outros, são rapidamente cooptados pelo sistema (HEILBRONER, 1988, p.100 apud DA LUZ, 2008, p.76).

Então, as classes “consumidoras da cultura” se tornam peça central na construção dos imaginários políticos e sociais por meios indiretos, sugestivos, como o entretenimento. Neste contexto, os indivíduos em sua maioria ou não têm acesso apropriado à cultura, ou preferem usar o tempo livre com aspirações profissionais, provavelmente motivadas pela baixa renda ou por um devir de acumulação de dinheiro, impregnado no imaginário social como medida do sucesso. Nota-se ainda a tendência de desigualdade de consumo em relação à raça e gênero nas pesquisas, tendendo a realidade cultural simbólica e material às perspectivas estruturalmente racistas e sexistas. Este cenário reforça a participação das classes intermediárias e

alta classe no consumo e reprodução da cultura, e conseqüentemente, das imagens do futuro.

Apesar deste panorama estar em processo de mudança nos últimos anos e a expressão cultural dos países marginalizados ter mostrado sinais de ressurgência, ainda há um longo caminho até que possamos constatar uma verdadeira democratização de saberes, cultura e agência sobre os futuros da humanidade. À beira de uma catástrofe climática, escassez de recursos e desigualdade crescente, é imperativo que possamos construir um mundo sustentável. Muito além da energia verde, é necessário almejar a sustentabilidade de nossas relações sociais, da forma com que nos relacionamos com o trabalho e o que entendemos por “desenvolvimento”.

A dupla colonização, apresentada nesta secção, opera como fator decisivo na manutenção da ordem social que produz o fenômeno de cancelamento do futuro. Dados os panoramas históricos, políticos e econômicos iniciais que corroboram o argumento da atual ausência de autonomia sobre os futuros, resta discorrer acerca do próprio fim do futuro. Este momento contemporâneo se apresenta não como uma premonição apocalíptica, mas sim como uma estrutura de poder ativamente produzida pelo modelo de pensamento liberal capitalista.

2.2.3 O fim dos futuros

Encarar o problema da necessidade de recuperação da autonomia sobre futuros significa, sob uma perspectiva dialética, produzir também sua antítese, indicando que algo desencadeou a proposição inicial. De tal forma, é necessário investigar as causas e condições do futuro que se acabou, pois só pode ser recuperado aquilo que de alguma forma foi perdido.

Ridicularizado por muitos, Francis Fukuyama declarava em 1989 o fim da história, momento cravado no instante da queda do muro de Berlim. Fukuyama acreditava que a dissolução da URSS e a vitória do capitalismo sustentado pelo liberalismo econômico eram uma confirmação do auge de desenvolvimento que a humanidade chegaria. Apesar de a própria história recente ter resistido a tal declaração, Fukuyama pode não ter se enganado tanto quanto se pensa. Slavoj Žižek (2011, p.416) comenta acerca do fim da história:

É fácil rir da noção de fim da história de Fukuyama, mas o ethos dominante hoje é 'fukuyamiano': o capitalismo democrático-liberal é aceito como a fórmula da melhor sociedade possível que finalmente se encontrou – só resta torná-lo mais justo, mais tolerante, etc.

O capitalismo global decaiu, então, em uma espécie de pós-ironia que apesar de achar graça do fim da história, promove a exata confirmação da tragédia de maneira sistemática. Isso não significa que não tenham ocorrido eventos surpreendentes nas últimas décadas. Talvez Fukuyama apenas tenha se enganado acerca de qual faceta do tempo se esgotava, e assim poderíamos falar sobre o fim dos futuros.

Pode-se analisar a questão do fim do futuro por duas vias distintas. Por um lado, a reprodução da norma de acumulação infinita do capitalismo, definitivamente pode nos levar a um fim literal, à aniquilação material da espécie humana. Prova disso é, novamente, a iminência de uma catástrofe climática global, a escassez de recursos que pode matar milhões nas próximas décadas e o crescimento das políticas de austeridade cautelosamente orientadas às classes mais vulneráveis, em nome de uma dita responsabilidade fiscal. Por outro lado, o fim do futuro pode não ser tão literal. Diante da imposição de consumo e competitividade constantes, o tempo passou a ser fragmentado de tal forma que ele pudesse ser inteiramente comercializado.

Anne-Marie Willis (2006), sob a ótica do *design*, exemplifica como certos produtos induzem modos de vida específicos que, além de individualizantes, promovem uma reconfiguração das nossas atividades à “matrix” de hiperprodução e a fragmentação do tempo em função do “multitarefa”. iFood, Uber, agendas digitais, comida congelada e notificações, são todas tecnologias contemporâneas que se colocam como facilitadoras, mas apenas no limite de abrirem um vácuo cognitivo e temporal a ser preenchido por mais trabalho. Aplicativos gamificados⁹, hoje amplamente difundidos, entram em cena para ajudar a engolir algumas doses extra de informações sob o pretexto da diversão.

Segundo o IBGE (2019, p.148), o número de livrarias nos municípios brasileiros diminuiu de 42,7% em 2001 para 17,7% em 2018. Esses dados podem representar parte de uma tendência à digitalização e conseqüente aceleração do

⁹ Gamificação é um recurso aplicado a serviços e produtos que busca introduzir mecânicas de jogos como forma de induzir o usuário a permanecer engajado naquela atividade. Podem ser utilizados sistemas de pontos, recompensas e placares para este fim, por exemplo.

consumo. O livro representa também uma mudança em relação ao próprio tempo. Este objeto exige uma lentidão de experimentação inerente ao processo de leitura. O espaço para essa forma de atividade lenta se torna decrescente na sociedade contemporânea. Berardi (2009, p.109) oferece uma perspectiva mais assertiva sobre a transformação da percepção do tempo nesta nova era, com a implementação de uma cultura do capital digital. Sobre o tema, ele alega que:

Oprimido pela saturação da atenção, o presente é tão denso que o cérebro não pode se separar dele[...] Para projetar a profundidade temporal, a mente precisa dispor os objetos mentais em perspectiva, elaborar sua relação, sucessão, a potencialidade. A saturação do cérebro social pelos estímulos informativos tende a impedir isso. O futuro torna-se inimaginável.

Retomando o ponto de Fisher, sobre tudo ser entediante, houve, entre os anos 70 e 80, uma mudança de paradigma social em relação ao tempo, que se sucedeu à cooptação dos trabalhadores, antes entediados nas velhas fábricas fordistas, pela imprevisibilidade e emoção do neoliberalismo. Porém, a inconstância e o estímulo permanente da nova era não significavam o fim do tédio. Pelo contrário, a necessidade de produzir e consumir conteúdo a todo instante, no meio físico ou digital, restringem a possibilidade de expressão criativa e poética da cultura e entretenimento, provocando uma sensação de nostalgia paralisante em que nada de novo há de surgir. Por esta razão vemos sempre o que parecem ser os mesmos lançamentos musicais, filmes e séries com roteiros reciclados dos anos 80 e 90, as mesmas velhas disputas políticas que parecem renascidas da guerra fria. Fisher (ibid.) avalia esse fenômeno como um tédio compulsivo. O cansaço das longas horas de trabalho ou estudo se traduz num esgotamento mental que obriga o indivíduo a não desejar nada além de um entretenimento entorpecido e acrítico em suas horas “vagas”, e este é compulsivo no sentido de que há um imperativo pelo consumo nos momentos de ócio. Existir, na sociedade capitalista, é consumir.

De volta à questão do colonialismo. Países que sofreram este processo tenderam a se tornar economias de capitalismo dependente, cuja diretriz é a de reproduzir a sociabilidade capitalista em sua organização interna, ao passo em que permanecem subjugados pelos interesses financeiros e políticos de países do capitalismo central. Segundo relatório da ONU (2014, p.131), entre 2012 e 2013, os *commodities* correspondiam a 65% do valor total de exportações de mercadorias no

Brasil. Retomando Maristella Svampa (Ibid.), A dependência econômica acaba por se traduzir em uma interferência nas relações e imaginários sociais. É necessário, então, entender a virtualidade dos futuros enquanto uma realidade potencial, pré-determinada pelas condições materiais em um recorte de tempo e espaço. De tal forma que é possível afirmar que o futuro para um grupo de pessoas marginalizadas pode ser o presente de outras, e inversamente, a realidade do primeiro grupo pode ser uma distopia inimaginável para os segundos.

Esse imaginário social acaba impregnado na consciência de um povo, e com o tempo, marcado em sua identidade. Isso se traduz num constante sentimento de inferioridade da nação em relação aos países de “primeiro mundo”, fenômeno popularmente conhecido como “síndrome de vira-lata”. Devido à hierarquia ficcional entre dominantes e dependentes, é comum que os primeiros vendam seu “agora” como o futuro dos países em desenvolvimento, como algo que eles devem aspirar ser. Esta relação foi o que conceituamos como “futuros usados” (INNAYATULAH, *ibid.*). Assim, os povos colonizados buscam realizar o futuro que lhes foi pré determinado como o melhor, ou o que não serve mais às potências mundiais. Paradoxalmente, estes mesmos futuros são impedidos de serem alcançados pelas potências capitalistas mundiais, visto que a manutenção da hegemonia de poder requer uma submissão econômica e cultural das contrapartes. Toda essa lógica, não coincidentemente, soa como evolucionismo e darwinismo social propagados no final do século XIX.

Portanto, é preciso compreender o fim do futuro enquanto lógica simbólica de transformação da relação do sujeito contemporâneo, com o tempo. Isso implica num sequestro de sua autonomia em relação ao trabalho, desenvolvimento, cultura, lazer, educação, a produção de forma geral e virtualmente qualquer outra esfera de atuação humana. Dado este complexo contexto de forças políticas que atuam sobre o futuro, é necessário questionar como se desvencilhar das antigas amarras do colonialismo, em favor de um horizonte de futuros pautados numa identidade própria dos povos oprimidos. Naturalmente esta não é uma questão nova, muito menos simples de se resolver. Sassen, novamente ilumina este fenômeno da repetição de problemas antigos, o que nos permite identificar com maior precisão as variáveis e constantes que determinam a continuidade de certos desafios. A antiga luta de classes, que percorre os embates políticos há séculos, ressurgiu mais uma vez para

relacionar a profunda integração entre opressões de naturezas aparentemente distintas.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) entendia que para superar a colonização, era necessário aceitá-la como parte do processo de formação da identidade brasileira. Ele empregava o termo *neoportugueses* para designar o povo brasileiro, alegando precisarmos nos tornar pós-portugueses. É importante fazer um adendo, pois se distingue a identidade brasileira daquela dos povos originários. Este argumento passa por uma questão de autodeterminação dos povos indígenas, bem como a compreensão do curso histórico de formação do Brasil enquanto país, fundando não juntamente aos povos originários, mas devido ao seu apagamento. Por isso seria errôneo simplesmente definir a estes grupos como brasileiros, neoportugueses ou pós portugueses, sem considerar estas particularidades, afinal, o intuito deste trabalho é precisamente expandir as diferentes perspectivas ontológicas, o que necessariamente significa valorizar as identidades particulares. De forma similar, Darcy Ribeiro (2001) apaixonadamente proclamava a beleza do Brasil, de suas riquezas e da cultura do povo, dizia que o mundo ainda haveria de se espantar quando o brasileiro fosse capaz de realizar seu verdadeiro potencial.

Conforme indicado, a potencialidade de um povo é inevitavelmente permeada pelas possibilidades materiais que lhes capacitam à transformação social. Neste sentido, a disputa pelos futuros numa nação pós-colonizada precisa se desenvolver no âmbito da superação desse novo colonialismo, não bastando pluralizar os futuros, como pensavam Jim Dator e Stuart Candy. Superação esta que fica centrada na disputa de narrativas, da cultura, da educação, dos espaços políticos e pela libertação dos meios de comunicação, em nome de uma autonomia dos povos no âmbito da especulação e da *práxis*.

3. DESIGN PARA UM MUNDO FUTURO

Da mesma forma que Rafael Cardoso nomeou um de seus livros, *Design para um mundo complexo* (2012), em homenagem à obra de Victor Papanek, *Design para o mundo real*, neste breve capítulo presta-se uma homenagem continuada da anterior. Cardoso (2012) afirma que o mundo real de Papanek não é mais o mesmo. Agora, para além de complexo, o mundo como Cardoso conheceu à época da escrita de seu livro, em 2012, parece ter mudado radicalmente. Apesar do pouco período passado entre 2012 e 2021, a escalada de crises políticas, ecológicas, econômicas e tantas outras, todas interligadas, tomou proporções jamais vistas pela humanidade, sem considerar a pandemia, cujas consequências ainda estão em curso. De tal forma, além do real e do complexo, surge um mundo que tem as próprias condições de existência ameaçadas. Bem, “mundo”, no caso das obras citadas, não concerne à estrutura geológica da terra. Também não se trata de representar, num primeiro momento, a terra como uma entidade consciente dotada do tal realismo e complexidade, apesar de o planeta poder ser compreendido como um ser vivo, agente e reagente, em culturas e saberes distintos do modernismo tecnocientífico com pretensões de universalização.

O “mundo” se refere às pessoas que aqui habitam, a forma com que transformam a natureza e estabeleceram relações com aquilo que é vivo e não vivo, em maior ou menor grau. Nas obras de Cardoso e Papanek, o mundo nada mais é do que as relações que se formam nele, relações estas intermediadas pelo *design* como uma maneira de ordenar os diversos processos caóticos que nos circundam.

Mas que mundo futuro poderia ser este que supera o complexo e o real? Conforme argumentam Berardi (ibid.) e Fisher (ibid.), vivemos numa era do tempo precário, um processo que se inicia por volta dos anos 70 na Europa, durante a transição entre o modelo fordista e as novas relações de trabalho sob a lógica neoliberal. Naquela sociedade capitalista quase tardia, a percepção do próprio tempo e principalmente do futuro se encontram sob ameaça, condenando a maioria dos indivíduos a uma saturação de atenção que comprime o futuro, eternizando o presente como mera repetição de si. Chegamos a um ponto tão crítico que nem mesmo o presente pode se sustentar por conta própria, por isso, precisa se apoiar nos modos de vida do passado, na nostalgia, para manter uma coesão cultural mínima. Neste contexto, o *designer* Rafael Cardoso (ibid., p.80) avalia o que ele chama de “tempo em suspensão”, fenômeno cristalizado na identidade do cidadão

cosmopolita contemporâneo como sendo uma espécie de *frankenstein* de gerações: roupas dos anos 80, tatuagem dos anos 90, músicas dos anos 70, filosofia dos anos 60, penteado dos anos 50 e quadrinhos dos anos 40. Ou então Fisher (2013), que pede atenção para o fato de quase todo produto de cultura pop, entre filmes, músicas e séries nas últimas duas décadas parecerem pastiches dos anos 80 e 90 repaginados com tecnologias atuais, que lhes conferem um caráter de novidade.

Fato é que o *design* se estabelece na vanguarda da construção da crise temporal atual. Numa sociabilidade baseada no consumo de mercadorias, tudo que é lançado ao mercado passa pelo crivo do *design*. Não que o *design* em si seja o culpado, visto que *design* é feito por pessoas, e pessoas podem também ser condicionadas pelo meio onde vivem, o que pode contribuir com a reprodução da lógica de acumulação infinita, seja por necessidade ou por força da cultura.

Como um agente central das relações produtivas atuais, o *design* enquanto campo de atuação deve se aprofundar nas raízes dos problemas que tem o potencial de restringir as condições de realização do próprio *design*, ou de qualquer outra atividade humana. Papanek (2011, p.346) afirmava que o “*design*, se for ecologicamente responsável e socialmente responsivo, deve ser revolucionário e radical em sua forma mais pura”. Portanto, se faz necessário avaliar as possibilidades de concretização desse estado de responsabilidade ecológica e social do *design*.

3.1. Relações entre design e futuros

Parece estranho falar que o futuro está sob ameaça pela ótica do *design*, uma atividade que simplesmente não pode ser operada sem o futuro. Todo projeto de *design*, necessariamente pratica a especulação em uma ou várias etapas do processo. Os momentos mais óbvios deste fato são a proposição de soluções alternativas. Esta se qualifica como uma tentativa de prever as implicações de um determinado *design* posto no mundo antes mesmo que ele seja produzido, ou ainda numa fase prematura de produção, como quando se utilizam protótipos. Isso parte da tentativa de trazer uma segurança em meio a tantas possibilidades de resultados de um projeto. Entre a falha e a perfeição projetual, o *designer* busca manipular variáveis de forma a pavimentar o caminho mais seguro para a transformação de um recorte específico da realidade.

A diferença chave entre o *design* e a futurologia, no que toca a discussão sobre futuros, é a profundidade da especulação e o objeto de atenção de cada um. O *design* trabalha em constrições da realidade material, localizada num tempo e espaço específicos, para então especular a transformação do estado atual dessa realidade por meio de um produto. Para tal fim, o *designer* deve, buscando a eficiência, imaginar que as condições de realização de seu projeto vão se manter as mais constantes o possível. Se conseguissem transformar a realidade instantaneamente, alterando apenas a existência do objeto que soluciona o problema em questão, com perfeição, assim os *designers* o fariam, pois esta seria a maneira mais objetiva de alcançar um resultado. Estamos, porém, amarrados à linearidade do tempo e à finitude de nossas capacidades materiais e cognitivas, isso nos condiciona à necessidade do processo de *design* para buscar, com o maior grau de acurácia possível, encontrar o futuro projetado, numa tentativa de ordenar o caos. Alguns autores como Munari (1998, p.54) afirmam que “a estruturação do trabalho de design busca obter o melhor resultado com o mínimo esforço”, o que corrobora esta distinção num primeiro momento.

É justo ressaltar, entretanto, que o processo do *design* não é mencionado no parágrafo anterior em busca de uma categorização universal de sua prática ou métodos. Restringe-se a análise justamente ao *design* moderno, que se desenvolve a partir da revolução industrial com objetivos voltados ao progresso racionalista próprio desse período, e se estende hegemonicamente até os dias atuais, embora não em totalidade, dada a resistência de alguns grupos. Posteriormente será apresentado o conceito de *design* ontológico, que evidencia da relação do *design* moderno com o cancelamento do futuro, bem como a existência de formas alternativas de projetar.

Na futurologia, por outro lado, a intenção é pensar as condições de realização das diversas atividades humanas e como a reconfiguração material dessas condições, num movimento contínuo entre presente e futuro, pode provocar uma transformação social. Projetar as possibilidades de uma realidade ainda por vir implica que o nosso presente (real) se transforma no passado de qualquer cenário especulado (virtual). Assim, a futurologia permite-nos pensar o que é preciso que aconteça ou deixe de acontecer *agora*, para evitar ou habilitar, da forma mais desejável, modos variados de funcionamento da sociedade. Por isso, um projeto de futurologia não necessariamente precisa de conclusão, nem busca exclusivamente

apresentar soluções objetivas. Resultado, para a futurologia, pode ser a criação dos próprios contextos a partir dos quais inúmeras soluções para problemas emergentes se desenvolvem.

Áreas como o *design* especulativo e o *design fiction* podem chegar a produzir um objeto, chamado objeto diegético. Estes, porém, não são a finalidade do projeto, mas símbolo de uma fração do funcionamento de outra realidade. O objetivo da confecção deste objeto é suspender a descrença do observador acerca da mudança (BOSCH, 2012). Como em qualquer filme, mas especialmente nos filmes futuristas ou de aventuras espaciais, cada objeto de cena é um objeto diegético, que visa convencer o observador da veracidade daquele mundo.

Percebe-se então, que apesar do *design* como se conhece tradicionalmente desde a revolução industrial recorrer à especulação, esta é meramente uma forma de tentar acertar o resultado do processo de produção de um objeto, cuja finalidade é transformar um ponto específico da realidade material. Na futurologia, por outro lado, a especulação, além de instrumento, é a própria finalidade, visto que imaginar mundos alternativos desperta em qualquer pessoa um juízo de valor, uma crença ou descrença, aversão ou excitação. Causar essa reação diante de uma realidade estranha, por vezes aparentemente impossível, é a principal intenção da futurologia, de forma que se provoque a sociedade à transformação. Partindo dessa nova compreensão das possibilidades, espera-se que os indivíduos possam atuar com maior responsabilidade sobre o presente, pelo desejo de preservação ou esperança de uma vida justa.

Porém, frente aos graves desafios com os quais nos deparamos, é necessário mais do que imaginar. É preciso capacitar pessoas para a transformação material de sua realidade, ação que, como o próprio ato de pensar futuros, se encontra sob coerção.

3.2. *Design, ontologia e (De)colonialismo*

Outra questão que nos importa, é o próprio posicionamento do design frente às questões coloniais. Como já explicitado, o *designer* tem responsabilidade por aquilo que projeta, seja sua intenção ou não. Ao longo de pelo menos cinco séculos, algumas das maiores atrocidades da história colonial, foram possibilitadas e amplificadas pelo design. Tomemos, inicialmente, a definição de Papanek (1985, p.3)

sobre o design, cuja filosofia e prática estabelecia que todas as pessoas eram designers, pois o design se constitui como qualquer “planejamento ou padronização de qualquer ato rumo a um fim desejável, previsível¹⁰”. A partir disso, podemos pensar nos barcos, nas armas de fogo, nos instrumentos de tortura, nos processos criados para aumentar a eficiência da exploração escravocrata e nas próprias leis, como fruto do planejamento, logo, do *design* do homem branco europeu. Conforme será melhor explorado, é preciso trabalhar por uma redenção do design, e para tal, este precisa se desvincular das lógicas de dominação imperativa sobre as pessoas marginalizadas. Estas foram, em algum momento, constrangidas por um *design* que não lhes cabia, ou pelo menos por um mundo do qual o *design* foi parte integrante.

Ainda segundo a lógica de Papanek (Ibid.), se o design é tão antigo quanto a atividade humana, e diferentemente de autores que estabelecem o nascimento do design na revolução industrial, certamente pode-se afirmar que o design foi sequestrado pelo modelo produtivo capitalista como instrumento de amplificação da ordem dominante centrada na acumulação indefinida. Entender o design como algo maior do que mera forma de organização industrial, nos habilita a pensar essa atividade como dotada de autonomia ontológica e epistemológica. Neste sentido, significa afirmar que por não ser originado do capitalismo, o design pode se transformar em qualquer coisa, para qualquer outro fim, desde que as condições de sua emancipação sejam cumpridas.

Concomitante à noção do fim do futuro, é válido lembrar a discussão de Tony Fry sobre *defuturing*, causada pela modernidade. O processo de atrofia e negação dos futuros causado por uma certa forma de pensar e agir sobre o mundo. Para Fry (2020, p.4), “os questionamentos do *design* são sempre de natureza ontológica”. O autor explica que esta prática de projeto sempre se mostra como a maneira com que algo age no mundo, sobre o mundo e enquanto mundo, também como “pensamento aprendido (teoria) que informa a prática que traz algo à existência”. A construção de formas alternativas de ser, transita pelo que Escobar (Ibid.) chama *design ontológico*. A ontologia é um conceito advindo de ciências humanas como a filosofia e antropologia, que tem uma enorme profundidade conceitual por si só, portanto, não nos cabe, aqui, analisar a fundo as facetas dessa

¹⁰ É interessante notar o uso da palavra “previsível” neste contexto. Aqui, a palavra corrobora a diferença entre o *design* tradicional e a futurologia, expostos no parágrafo anterior. A futurologia de forma alguma busca prever situações, mas formular, pensar e avaliar cenários prováveis, preferíveis e possíveis.

área do saber. Apesar disso, não se pode deixar de ressaltar a relação desta palavra com o próprio colonialismo.

Essa discussão tange o debate sobre a autodeterminação dos povos originários, tendo em vista a problemática de ter sua identidade e cultura como objetos de estudo do homem branco, enquanto sua epistemologia é negada nos espaços tradicionais de produção de conhecimento. Kilomba (2008) retrata esse fenômeno, fruto da sociedade colonial, onde ela afirma que na universidade, até mesmo falar sobre o racismo por uma perspectiva pessoal era o suficiente para que fosse atribuído um caráter anticientífico às suas proposições. Ela ressaltava ainda, que pessoas negras e indígenas comumente são objeto de estudo nas ciências humanas (sempre “os outros”), enquanto são impedidos de expressar sua voz epistemológica sobre seu próprio povo, sob a acusação de pessoalidade.

Daí surge a ideia de epistemicídio. A predominância do discurso eurocêntrico inevitavelmente formula teses a partir de pontos de vista que invalidam a experiência de autores e autoras negras e indígenas, principalmente, mas de qualquer pessoa que não se encaixe no modelo restrito do saber científico europeu. Não à toa o racismo científico vigorou por séculos, principalmente no campo da psicologia, biologia e ciências sociais.

Então, torna-se problemática a utilização de palavras que podem ter um cunho colonialista, ainda que estas possam ser ressignificadas. Ao longo da pesquisa, não foi possível encontrar uma palavra equivalente a “ontologia”, por exemplo, que partisse de uma percepção alternativa àquela europeia. Acredita-se que isso se deva, neste caso, exatamente ao fato de que tais conceitos se encontram enraizados nos hábitos e culturas de muitos povos originários, sendo essas conceituações comumente desenvolvidas para enquadrar maneiras de viver estranhas àquela europeia. Como Albert (2002, p.249) escreve, num intermédio da fala do Xamã Davi Kopenawa Yanomami:

a escrita é, pois, um simulacro de "visão" que só remete ao domínio dos manufaturados e das máquinas do qual os Yanomami estão excluídos. É um saber desprovido do "ver" xamânico da "imagem essencial" (_tupè), do "sopro" (w_x_a) e do "princípio de fertilidade" (nè rope) que fazem a "beleza" da floresta.

Kopenawa diz que “ecologia” é algo inerente à própria existência dos povos indígenas, por isso estes nunca pensaram em desmatar a floresta em primeiro lugar.

O conceito, portanto, surge da tentativa do homem branco em, através de teorias, reparar danos que ele próprio causou, por sua relação doentia com a Terra. (ALBERT, Bruce e KOPENAWA, Davi. 2015, p.16)

Por hora, nos é satisfatório entender a ontologia de maneira geral, como um modo de ser no mundo, que compreende formas específicas de entender, avaliar e mensurar relações entre pessoas, entre humano e natureza, humano e objeto. De forma que essa ontologia informe modos de agir na política, cultura, economia e as demais esferas de atuação humana. Voltando ao *design*, então, Escobar alega que o *design* deve ser considerado ontológico, pois “encontramos a profunda questão do *design* quando reconhecemos que, ao projetar ferramentas, estamos projetando formas de ser.”¹¹ (WINOGRAD e FLORES, 1986, xi, apud ESCOBAR 2018, p.110).

Em *A outra margem do ocidente*, Bruce e Kopenawa (1999, p.18) afirmam que “[Os brancos] Não pensam mais no que eram seus ancestrais quando foram criados. Nos primeiros tempos, eles eram como nós, mas esqueceram todas as suas antigas palavras.” Rejeição às origens e tradições, ou às antigas palavras, é um fenômeno próprio tanto da modernidade (período histórico) quanto do modernismo (movimento cultural), cujas sociedades se pensam como originárias a partir da negação da ancestralidade. Nas artes isso pode ter dado origem a uma subversão estética e uma contracultura interessante, vide algumas das vanguardas artísticas. Entretanto, no campo filosófico, a modernidade acaba por produzir uma alteração severa no regime temporal, o pontapé inicial aos processos de colonização e cancelamento do futuro. Já no campo projetual, temos uma intenção de criar um bom design, com princípios adequados ao que designers europeus entendiam por bom, e por design, movimento que ganhou tração com a escola alemã Bauhaus. O próprio Xamã Kopenawa faz um breve diagnóstico em *A queda do céu* (Ibid. p.18), ele diz que “os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento”. Esta frase curta resume, sob a ótica Yanomami, dois temas aqui apresentados, tanto a relação da ontologia do homem branco com o cancelamento do futuro, quanto a reafirmação de uma sociedade de risco.

¹¹ Escobar cita como exemplo as habitações *maloca* na Amazônia. O autor diz “me dê uma *maloca* e eu irei criar um mundo relacional; por outro lado, me dê uma casa suburbana, e eu irei criar um mundo de indivíduos descomunalizados, separados do mundo natural” (ESCOBAR, 2018, p.111)

No mesmo sentido em que discutimos acerca da representatividade vazia, não se pode confundir o significado de produzir novas formas de ser. Por isso, a visão de um sujeito moderno em controle de um mundo objetivo ou de um sujeito pós-moderno, flexível, navegando na *internet*, não “oferece uma base para a habilidade ontológica de revelar novas formas de ser” (ESCOBAR, *ibid.*, p.112). Isso porque esta ontologia moderna ou pós-moderna, do sujeito digital, reproduz, de uma ou outra forma, a mesma sociabilidade capitalista.

Willis (*ibid.*, p.84) continua, apresentando-nos o design ontológico como uma forma de “nomear instâncias particulares situadas de mundificação”. Segundo a autora, a ideia de “mundificar” recusa ‘humano’ e ‘mundo’ como entidades separadas ou contidas em si mesmas” (*Id. Ibid.*, p.84.) A ideia de ser-no-mundo, referenciada a partir de Heidegger no texto de Willis, mas também presente nos saberes originários há milênios, é interpretada como uma atividade anterior à representação mental de coisas ou eventos. Ela exemplifica que sonhar acordado e outros pensamentos desestruturados sobre coisas que não estão imediatamente presentes, não são, de fato, uma atividade representacional, mas uma forma de *ser-entre* as coisas imaginadas, e lidar com elas prefigurativamente.

Neste sentido mostra-se interessante a valorização dada por Kopenawa aos sonhos como uma forma de saber e experimentar o mundo. Esta forma de se relacionar com o enigmático, onírico e com as premonições é de grande importância para diversos outros povos originários. O sonho foi, no sentido literal e simbólico, abandonado pela sociedade capitalista. No sentido literal porque o sono cada vez mais dá lugar à produtividade, ou quando não, aos distúrbios que provocam a insônia. Por outro lado, o sonho enquanto sinônimo de desejo, também fora abandonado devido à compressão do futuro que abordamos até então¹², devido à relação inevitável entre o desejo e o futuro.

A noção do sonhar acordado se assemelha ao que Fisher (2013) chama de rondologia¹³, a partir do pensamento de Jacques Derrida. Aquilo que “não mais” é, bem como o que “ainda não” é, continuam a afetar nossa forma de ser-no-mundo,

¹² Para uma discussão mais elaborada acerca do papel do sonho diante da sociedade capitalista, ver *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono* (CRARY, 2016) e *A queda do céu* (Albert e Kopenawa, 2010).

¹³ O termo deriva de um abasileiramento da palavra “Hauntology”, que por sua vez é formado pelas partículas “Haunt”, de assombro, e “-ology”, de ontologia.

pois projetamos nossa consciência para além do tempo presente, articulando ações para lidar com esses espectros do tempo que rondam a existência.

O princípio da rondologia formula um triplo movimento de influência — ontológico, no sentido que aqui busca-se interpretar — entre passado, presente e futuro. Neste espaço de virtualidade, nós produzimos os tempos, reescrevendo a história ou confabulando o futuro, e os tempos nos produzem em retorno, informando ações que conduzirão à própria realização de uma possibilidade. A questão central aqui está inserida no uso da rondologia para a produção do medo. O discurso *realista capitalista* representa o medo daquilo que não é mais (passado), através de uma projeção, como fato pré-determinado em direção àquilo ainda não é (futuro)¹⁴. Somado a isso, os processos de despolitização acabam por englobar saberes originários, ou de povos historicamente marginalizados, como parte daquilo de que se deve ter medo e ojeriza. Dado que o pensamento modernista foi parte integrante da formação do capitalismo e o capitalismo é a única alternativa, qualquer ontologia minimamente distante desse círculo se torna perigosa.

A contradição é, porém, que o capitalismo não mais pode sustentar seu modo de ser, daí surgem tentativas sistêmicas de incorporar saberes milenares ignorados por tanto tempo quanto os próprios existem, como num querer maquiar e perfumar um cadáver para esconder que está morto, ou melhor dizendo, zumbificado, como Fisher diria. Assim aparece o capitalismo verde, com o desenvolvimento de energia limpa que desconsidera impactos secundários, da produção de equipamentos e das relações de trabalho envolvidas nesse processo. Ou a emergente indústria de carnes sintéticas que parece se contrapor à massiva produção agropecuária, também ignorando questões de acessibilidade ao produto e urgência do tema.

Há um potencial inerente à atividade de *design*, no sentido de projetar, desenhar e planejar, que amplifica o decolonial. Entretanto, a força motora do *design* capitalizado, antes precisa ser neutralizada, ou transformada, para que um *design* verdadeiramente social, relacional, possa expressar sua potencialidade por completo. Interdisciplinaridade é tida no meio como um atributo intrínseco e latente na atividade de *design*. Nada mais justo do que apropriar-se dessa característica natural para cumprir esta proposta de pesquisa. Aqui, isso significa aprofundar as

¹⁴ No caso do capitalismo realista, esse objeto do qual se deve ter medo é, principalmente, uma ameaça comunista, vinda da guerra fria, ou uma noção de “desprogresso” associado às percepções de mundo não capitalistas. Não à toa o discurso anti-comunista é tão contundente quando se trata de mobilização de opinião pública, diretamente atrelada a esse realismo.

relações entre o *design* e a futurologia, visto que isso expande o fator especulativo do *design* para o próprio campo das estruturas sociais que criam as condições de desenvolvimento do *design* como um todo. A futurologia, em contrapartida, muito se beneficia desta aliança com o *design*. O poder crítico especulativo desta área de atuação necessita, no fim das contas, de concretude, se quiser fazer jus às imagens de futuro, algo que o *design* pode oferecer.

Como pode então, o futuro, imaterial, inexistente, ter qualquer influência sobre sua própria concretização? É de fato válido divagar sobre possibilidades que podem muito bem ser infinitas, sendo que provavelmente não acertaremos nenhuma delas? Primeiramente, não há dúvidas que o planejamento, portanto, um pensamento orientado ao futuro, é parte essencial do funcionamento social humano. Sabemos que em breve teremos que pagar contas, comer, sabemos que a morte nos espera, embora incertos de quando e como, criamos calendários, datas, horários. Tudo que nos permite ter maior controle sobre o desenrolar da vida, a partir da tentativa de prever o futuro, parece nos apetecer enquanto sujeitos modernos. Disso não há dúvidas, mas também pode nos ocorrer que somos péssimos nesse trabalho, por vezes, estamos apegados à aparente estabilidade das coisas, e qualquer surpresa pode ser fatal. Considera-se ainda que, sob gerência de uma ordem econômica capitalista, essencialmente não existe pensamento a longo prazo, o que dificulta a resolução de problemas complexos demais para solucionar em duas ou três mensagens de WhatsApp, ou em 30 segundos de *stories*.

A futurologia, aliada ao *design*, se destaca por dois aspectos centrais: a amplitude e profundidade da especulação (CANDY, *ibid.*) e por fornecer um amplo leque de instrumentos de transformação material. O que nos interessa é a ideia de futuros possíveis, usá-los como ferramenta para melhor entender o presente e discutir o tipo de futuro que as pessoas desejam ou não. Essencialmente, o *design* tenta acertar um futuro particular, enquanto para a futurologia, ao menos segundo a ótica aqui abordada, pouco importa a concretização profética do futuro, e sim como o confronto com uma realidade futura alternativa pode nos comover à ação, no presente (DUNE & RABY, 2013, p.2). O somatório dessas forças pode produzir uma ótima forma de navegar no caótico mar de possibilidades, portando as ferramentas necessárias para ancorar nossas ações em locais mais seguros e sustentáveis.

4. POR UM TEMPO DO TEMPOS

Finalmente, compreenderemos mais sobre os regimes temporais que produziram o que chamamos de sociedade de risco, e o conseqüente cancelamento do futuro. A partir destes fundamentos, possibilita-se a introdução da lógica das propensões com base no pensamento de Rafael Saldanha em *O fim do futuro: o tempo das metamorfoses*. Este conceito ajudará a embasar a construção da metodologia proposta como resultado de pesquisa. Aqui, é interessante tomar emprestada a perspectiva filosófica de Saldanha como reforço interpretativo das nossas relações com o tempo e as questões políticas aqui abordadas.

Saldanha (2018) desenvolve seu argumento acerca de uma transformação do regime temporal global ao longo dos últimos cinco séculos. O autor explica que hoje vivemos no “novo tempo do mundo II”, período que começa a se instalar no pós-guerra. A primeira transição, “novo tempo do mundo I”, ocorre no período da revolução francesa, ainda que seja fruto de um longo período de formação que se estende desde as grandes navegações (SALDANHA, *ibid.* p.35). Até então, o espaço de experiência (passado) seguramente informava o horizonte de expectativas (futuro) Havia mais segurança em um futuro provável. O novo tempo do mundo I, porém, rompe com essa dinâmica. Os processos de colonização e escravidão começam a abrir fronteiras em relação ao futuro das sociedades europeias que não mais podiam ser pré-determinados por uma repetição do passado e progressão linear do presente. O autor argumenta, por fim, que diferente da estabilidade encontrada no tempo pré-moderno, a nova temporalidade moderna, instável, inicia “um movimento de aceleração que acabará por produzir justamente a dessensibilização da passagem temporal que experimentamos” (SALDANHA, *ibid.*, p.40).

Ao longo dos séculos seguintes, este seria o tempo do mundo dado como universal na concretização do processo de globalização e instalação de uma ordem liberal-capitalista em todas as esferas da vida social, com especial destaque à economia, política e cultura. Tal processo, então, conduz ao tempo atual (novo tempo do mundo II) como sendo a era de uma sociedade do risco. Já no século XX, o trauma das duas guerras mundiais, revoluções, além dos diversos conflitos bélicos de menor proporção ao redor do globo, acionaram um permanente estado de alerta na humanidade, em parte derivado da possibilidade de guerra nuclear no contexto

da guerra fria. Instala-se “uma nova era que se poderia denominar das expectativas decrescentes, algo ‘vivido’ em qualquer que seja o registro, alto ou baixo, é vivido em regime de urgência.” (ARANTES, Paulo. 2014, p.67 apud SALDANHA, 2013, p.44).

O tempo do mundo atual, tempo de risco, condiciona a retração do espaço de possibilidades futuras, dada a necessidade crescente de lidar com problemas de forma imediata e em caráter de perigo iminente. Esse fenômeno se aplica não só às organizações, ao Estado e a humanidade enquanto coletivo, mas também ao nível individual. Sob a ideologia neoliberal, entende-se a vida como uma aposta ou investimento de alto risco. Portanto, questões que poderiam ser garantidas como direitos universais, tais quais a saúde, alimentação, segurança, ou até mesmo a saúde mental, são também privatizadas¹⁵, e a responsabilidade de assegurar necessidades básicas é transferida inteiramente ao indivíduo. O risco, neste caso, artificializado, se torna fato inerente à vida, e qualquer um que busque entender a realidade de outra forma é prontamente taxado de utópico, imaturo ou irrealista, conforme Mark Fisher demonstra por meio do conceito de *realismo capitalista*.

Como alternativa ao novo tempo do mundo II, vimos Arthur Escobar indicar o *design* ontológico de Anne-Marie Willis e a pluriversalidade como contramedidas ao pensamento moderno/pós-moderno. Saldanha, por outro lado, oferece mais uma estratégia para a ressignificação de uma ontologia filosófica global, que por sua vez admita a pluralidade, em alinhamento com Escobar. Saldanha (2018, p.9) entende a filosofia como “forma de experimentação da realidade por meio de uma operação de seleção e recorte da própria realidade”, que produz, no âmbito da práxis, uma espécie de “ação sem fim” (Id. Ibid. p.11). A filosofia seria, portanto, uma possível forma de superar a temporalidade moderna. Para tal, o autor argumenta sobre o conceito de propensão a partir de um pensamento filosófico tradicional chinês.

A forma principal de conceber a realidade seria a partir de uma espécie de diagrama, uma “configuração [que] se oferece a uma captura momentânea e global de todas as relações em ação” (JULLIEN, 2017, p.286 apud SALDANHA, 2018, p.317). Trata-se, para o autor, de entender a realidade como um dispositivo

¹⁵Mark Fisher discorre um pouco mais acerca da privatização da saúde mental, onde os trabalhadores não mais buscam amparo em instituições sociais historicamente presentes como a família e os colegas de trabalho. O que se segue deste fenômeno é uma sociedade que atribui a saúde mental quase exclusivamente a um profissional, tornando a questão algo de natureza mercadológica, ou então direcionada aos medicamentos, o que cria um estado de sociedade dopada apenas para lidar com os mecanismos de violência capitalistas. Ver Fisher ()

maleável, cujo resultado depende do desdobramento inerente a um processo, composto por uma série de tendências, as quais não temos absoluto controle. Na filosofia chinesa, “[a história, mas também o próprio real] é fruto de um acúmulo de transformações silenciosas que acabam gerando tendências que estão constantemente em desequilíbrio” (SALDANHA, 2018, p.318). Caberia àquele com intenção de alcançar um resultado, aplicar uma força mínima em tendências emergentes, preparando o percurso que se realizará naturalmente sob condições iniciais favoráveis. Deixe-se evidente que para o autor, a história e o próprio real, que pode ser entendido como o presente, são resultado de transformações mas também as provocam, na forma de tendências. Isso está alinhado com a ideia de Fisher acerca de rondologia, e contribui com a concepção proposição da metodologia resultante deste trabalho de pesquisa, conforme será apresentado em breve.

Há um certo receio de soar fatalista ao argumentar sobre uma realização natural de tendências, levando em consideração a própria tese de Saldanha, que compartilha desta preocupação, além de indicar que há uma crescente dificuldade de contrariar uma tendência uma vez que esta se põe em movimento. Tal forma de pensar pode levar alguém à imobilidade quando confrontada com uma dessas grandes tendências, retornando ao realismo capitalista (é assim que as coisas são, ou não podem mudar agora). Pressupondo esta crítica, o autor busca refutá-la ao pensar que o tal fatalismo da história só existe num quadro teórico que pense as ações como surgidas do nada, ou necessárias, em oposição à prática da liberdade. Ou seja, no entendimento da realidade que se transforma a partir dos desejos, que, aglutinados, geram tendências, não faria sentido entender o curso da história como definitivo.

Saldanha indica um duplo fenômeno de transformação das tendências que conformam as transformações do real. A primeira é que as tendências têm uma tendência própria de se amplificar, tornando-se homogêneas, o que leva ao segundo princípio: de que “qualquer tendência levada ao extremo, esgota-se e exige sua contravenção” (id., *ibid.*, p.319).

A lógica das propensões, segundo Saldanha (*ibid.*, p.320-321) “indica as tendências que estão disponíveis, as que não estão e as que podem ser atualizadas, de acordo com as circunstâncias”. Ele afirma que a sabedoria, neste contexto, é:

Conseguir encontrar os pontos em que uma tendência ainda não possui concretude suficiente a ponto de ela poder ser alterada em favor do agente para que, quando ela ganhe concretude, sua força e inevitabilidade possa provocar certos efeitos de maneira espontânea e com o mínimo de esforço do agente. (Id. Ibid. p.320-321).

Curiosamente o capitalismo é excelente em manipular tendências com o mínimo esforço, o que se evidencia na facilidade com que fagocita processos, pessoas, objetos e sonhos, subvertendo-os à lógica de mercado e competitividade.

Identifica-se neste contexto, um esgotamento da tendência do sistema capitalista. Sua resiliência, porém, continua a impedir o desenvolvimento de novas tendências. Fisher (2009) já indicava que o capitalismo estava morto, mas continuava a vagar como um zumbi, consumindo tudo aquilo que restava. Portanto, é essencial cultivar a sabedoria descrita por Saldanha, identificar e saber alterar as tendências em favor de resultados que contribuam com a transformação da tendência capitalista. Kopenawa (1999, p.18) também nos ajuda a compreender melhor o que se entende por essa sabedoria, sob uma ótica relacional, quando ele diz que “os brancos são engenhosos, têm muitas máquinas e mercadorias, mas não têm nenhuma sabedoria”. Este trecho evidencia a ineficácia de tentar enfrentar o capitalismo exclusivamente com máquinas, ferramentas e mercadorias, sendo estas próprias de domínio do sistema. Também denota uma outra forma de sabedoria, a sabedoria da fala, da natureza, a sabedoria onírica e das tradições Yanomami.

Entretanto, se faz necessário dar um passo além da proposta de Saldanha, em direção a uma identificação e manipulação das tendências capacitada não só pelo pensamento filosófico, mas pelo *design* e pela política (conforme entendidos neste trabalho). Dado o caráter de urgência, ironicamente imposto pelo que Saldanha afirma ser o nosso regime temporal de risco, é essencial que a ruptura com a modernidade se concretize o mais rápido possível. O que se propõe aqui, agora através do *design* como um plano de ação contra tendências aparentemente intermináveis (tais quais a própria lógica capitalista, com seu poder de incorporação de contra-tendências), é a lógica de microfraturas, derivada da micropolítica, que pode acelerar o processo de decaimento de uma tendência.

Escobar (Ibid. P.163) corrobora esta ideia quando afirma que hoje, dimensões e distâncias não mais representam tanto quanto já representaram. Com a disponibilidade da internet e outros recursos de comunicação e tecnologia, as

infraestruturas de poder e produção possuem maior capilaridade. A ideia de projetos locais que fomentam a inovação social a partir de estruturas pequenas, locais, abertas e conectadas, é o que o autor chama de *localismo cosmopolita*.

De forma objetiva, é interessante que existam grupos plurais, com especificidades acerca de sua ontologia, mas que trabalhem por um objetivo centralizado em superar a estrutura social dominante. Conforme o princípio da interseccionalidade¹⁶, devemos apreciar nossas diferenças enquanto estas se contrapõem a um mesmo sistema de opressão. Deste percurso, permanece o intuito de validar o “presente etnográfico, conservá-lo ou recuperá-lo, não de ‘crescer’, ‘progredir’ ou ‘evoluir’. Como professam os povos andinos em seu hoje célebre lema cosmopolítico, ‘vivir bien, no mejor’” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.103 apud SALDANHA, *ibid.*, p.92)

A partir de então, pode-se dar início à construção prática deste trabalho, tendo em vista as proposições apresentadas sobre o *design* ontológico, decolonialismo na futurologia e *design*, e as perspectivas filosóficas de Saldanha acerca das propensões e tendências. A intenção não é apresentar um método definitivo que irá resolver todas as problemáticas, mas desenvolver uma ferramenta entre muitas, que possa contribuir com o processo de emancipação dos futuros e a construção de um estado de bem-viver.

¹⁶ Para conhecer mais sobre a interseccionalidade e a sobreposição de opressões, colocadas em perspectiva em favor de uma resolução conjunta da violência sistêmica, ver: AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*, 2019.

PARTE 3
Da teoria à prática

5. METODOLOGIAS DE FUTUROS

Este trabalho busca, para além do diagnóstico apoiado nas autoras e autores citados, apresentar perspectivas alternativas ao modelo de pensamento hegemônico, que, conforme explicitado, é produtor das diversas desigualdades e desequilíbrios que enfrentamos, e destas se alimenta. Para cumprir esta tarefa, é necessário entender o panorama metodológico e ferramental da futurologia e *design* que se apresentam na atualidade, colocados em análise sob o crivo das perspectivas relacionais decoloniais, para que então possa ser apresentado o resultado desta pesquisa.

Neste capítulo serão apresentados os métodos selecionados para análise, contendo a estruturação e considerações para este projeto. Depois será apresentada a proposta de método relativa à presente pesquisa. Por fim, serão feitas as considerações finais e perspectivas futuras. Os métodos selecionados para análise foram:

1. Framework de *Design* de Transição CMU
2. Túnel de vento da Identidade
3. Seis pilares
4. Cone de futuros

Embora existam inúmeras outras metodologias e ferramentas nos campos da futurologia e design, que poderiam compor a lista a ser analisada, estas quatro foram selecionadas devido a alguns aspectos específicos. Buscou-se, nesta etapa da pesquisa, identificar metodologias centradas em objetivos distintos, para que a qualificação da natureza das metodologias em análise fosse ampliada, assim possibilitando uma compreensão posterior das dinâmicas de cada metodologia em relação às categorias de análise, que serão apresentadas a seguir, e em relação ao meio em que se encontram. O framework de design de transição é centrado em aspectos sociais e culturais. O túnel de vento da identidade volta-se ao espaço mercadológico, especificamente para empresas de médio e grande porte. Os seis pilares trabalham características filosóficas e sociais. O cone dos futuros é focado na exploração narrativa e imagética dos futuros.

Após teste e validação da metodologia proposta como resultado deste projeto, poderiam ser incluídas ou suprimidas outras metodologias. Entretanto, para a

conclusão deste trabalho, estas quatro foram selecionadas de forma a otimizar a relação de tempo, escopo e a necessidade de variabilidade de análise metodológica do projeto, tarefa que possibilitou a posterior compreensão da proposta final em relação aos seus requisitos.

Após o percurso teórico e conceitual, pode-se dar início à etapa descritiva da construção da metodologia a ser apresentada. Para cumprir o objetivo de reintegrar design, futurologia e política, de forma a oferecer uma nova ferramenta de *design* e futurologia aliada ao contexto brasileiro e à decolonialidade, foi necessário, antes, estabelecer categorias fundamentais à metodologia em questão. Estas categorias serviram tanto de base para a análise das metodologias já estabelecidas, como para nortear o desenvolvimento da metodologia proposta.

Destas categorias são deduzidos alguns outros requisitos qualitativos que serão apresentados juntamente à proposta final. Estes requisitos específicos orientaram escolhas na construção da proposta metodológica. As categorias gerais propostas para análise e posterior aplicação prática são:

1. Adaptabilidade: como a metodologia resiste a contextos sociopolíticos diferentes? É possível alterar materiais, tempo de duração, forma de execução, ou outros aspectos, sem comprometer o funcionamento geral do processo ou resultados?
2. Regeneratividade: o quão integrada com o mundo a sua volta, seus aspectos naturais e pessoas, é a metodologia?
3. Materialidade: a aplicação do método/metodologia resulta em objetos ou ações concretas? Qual o intervalo de tempo necessário para que os resultados da metodologia promovam transformação de qualquer natureza e magnitude? Deve-se ter em mente que a materialidade aqui não significa necessariamente um objeto físico. Pode ser também uma estratégia com perspectiva de concretização, uma ação prática, um projeto derivado, assim por diante. Material, neste caso, é o que tem capacidade de transformação direta sobre as condições do real.

Postas em perspectiva as premissas iniciais, damos seguimento às análises de metodologias pré-existentes que contribuiram com a construção da proposta, para que possa, posteriormente, ser apresentado o resultado desta pesquisa.

5.1 Framework¹⁷ de design de transição CMU

Desenvolvido na Universidade Carnegie Mellon (CMU), nos Estados Unidos. A premissa central do *design* para transição (DT), segundo Irwin, Tonkin-wise e Kossoff (2015, p.2), citados por Escobar (2018), é reconhecer a necessidade de transições sociais para futuros mais sustentáveis e o reconhecimento do *design* como um agente importante a estas transições. Este método é enfático quanto a sua relação com a “intervenção no discurso e educação de *design*”, ainda que pressuponha ações fora das escolas e universidades.

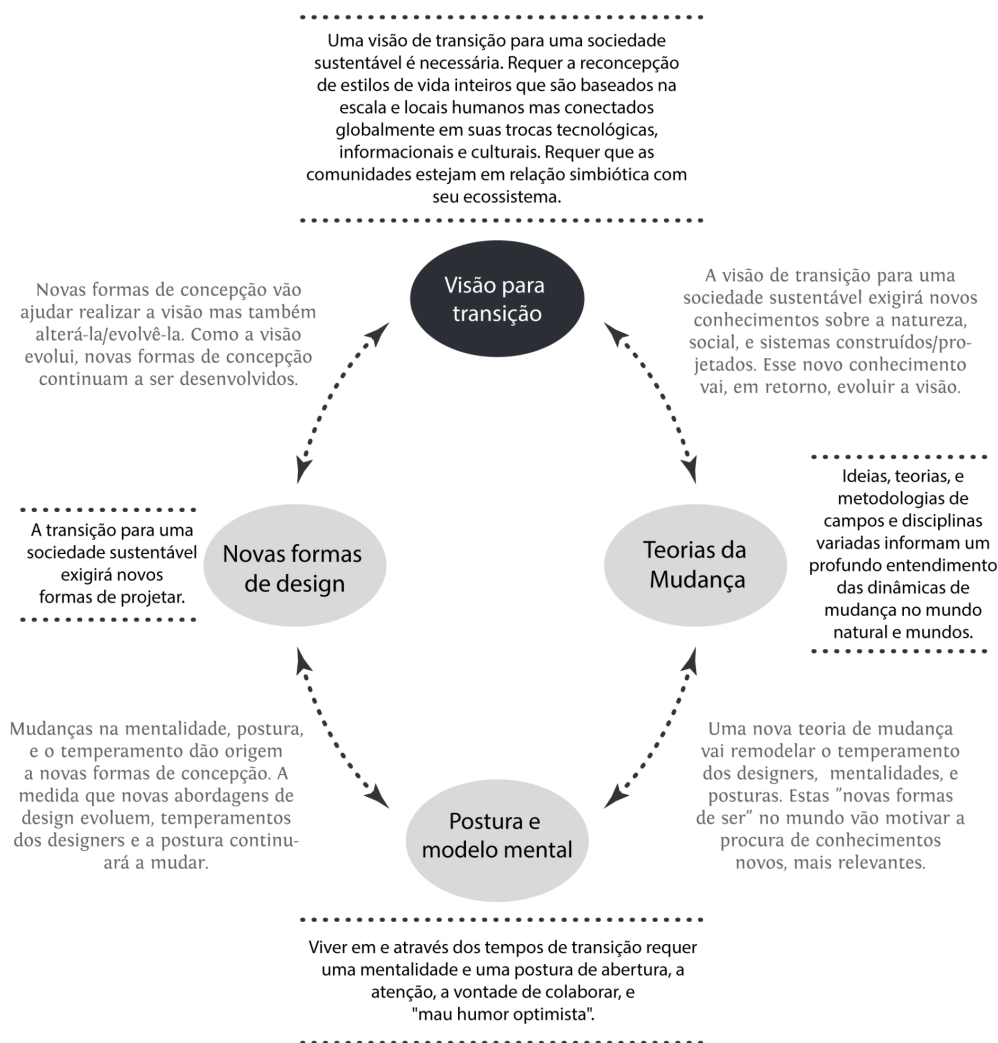
Escobar (Ibid.) afirma que o método é “baseado em um modelo heurístico estruturado ao redor de quatro áreas inter-relacionadas”. Ainda, ele diz que esta abordagem de *design* é orientada às perspectivas de longo prazo, e “foca em ferramentas e métodos para facilitar a discussão sobre futuros alternativos” (Id. Ibid.).

As quatro áreas estabelecidas pelo *design* de transições (Figura 1) são:

1. Visão para a transição: compreende a forma geral de pensar o mundo orientada às comunidades e uma relacionalidade sustentável.
2. Teorias de mudança: representa as teorias de diversas áreas do saber, que contribuem para a compreensão de dinâmicas sociais, políticas, econômicas dos campos naturais e sociais.
3. Postura e modelo mental: entende-se que estas são as formas de olhar e agir sobre o mundo que favorecem a comunalidade e integração com a natureza. Isso inclui o sistema de valores e a ética.
4. Novas formas de fazer *design*: faz com que *designers* questionem a relação de sua prática profissional com o mundo a sua volta. Dessa forma, profissionais de *design* podem reformular suas percepções acerca da responsabilidade do *design* nos âmbitos sociais e ambientais, assim como podem refletir sobre o significado de inovação, sobre as relações econômicas e quais relações se expressam nesta dinâmica.

¹⁷ Embora *framework* possa ser traduzido do inglês como “estrutura”, esta última não contempla o significado geral daquela inglesa, nem é adequada ao mesmo contexto. Portanto, *framework* pode ser entendido como um conjunto de operações que fornecem diretrizes para a obtenção de um resultado específico, frente a problemas de mesma natureza.

Figura 1 : Framework de design de transição



Fonte: adaptado de Escobar (Ibid.)

Pode-se perceber que o design de transição é um modelo de organização do pensamento um tanto quanto simbólico. Ele apresenta um fluxo de ideias e princípios bem estabelecidos, mas cuja aplicação material depende de fatores não especificados pelo método. Existem indicações como “novas formas de fazer design”, “mudanças na postura e formas de pensar”, mas o que é esse “novo” e como podemos produzi-lo, definitivamente fica em aberto. Isso não é de todo estranho, visto que tentar apreender o que seria “novo” é contraditório, sendo a novidade um evento espontâneo, portanto, disponível às diversas ontologias.

Entretanto, essa abertura completa à interpretação do novo, pode dar margem a práticas que se mascaram como novas e regenerativas, mas que não

buscam uma transformação sistêmica. Pelo contrário, buscam agir a partir do sistema, sem confrontá-lo. Aqui se apresenta outro desafio à proposição metodológica deste trabalho, visto que há um certo limiar de atuação política que pode, dadas as condições repressivas do capital, inviabilizar qualquer projeto regenerativo. É preciso conciliar variáveis geralmente conflitantes quando se trata de um projeto de futurologia e *design* que busque atuar sob um caráter político e regenerativo, enquadrado no contexto capitalista.

Ainda assim, o *design* de transição se fundamenta na prática da sustentabilidade. Por si só esta característica restringe certas ações e condiciona outras. Adiante, o autor apresenta uma série de requisitos que refinam a proposta do *design* de transição. Tais filtros simbólicos acabam por validar o método em sua intenção perante os desafios sistêmicos, se considerarmos que as características apresentadas serão o combustível para a ação material. Os requisitos mencionados acerca do *design* de transição da CMU se apresentam da seguinte forma:

Utiliza a teoria do “sistema vivo” como uma abordagem para entender/tratar de problemas nocivos; (2) Projeta soluções que protegem e restauram os ecossistemas sociais e naturais; (3) Enxerga a vida cotidiana como o contexto mais fundamental ao design; (4) Advoga por soluções locais, mas globalmente integradas; (5) Projeta soluções para horizontes de tempo variados e em múltiplos níveis de escala; (6) Conecta soluções existentes de forma que elas possam se tornar degraus em uma ampla visão para transições; (7) amplifica soluções emergentes, enraizadas; (8) Baseia soluções na maximização de satisfações aos mais amplos tipos de necessidades; (9) Vê a própria mentalidade/postura do designer como um componente essencial ao processo de design; (10) Clama pela reintegração e recontextualização de diversos conhecimentos transdisciplinares. (IRWIN, KOSSOFF e TONKINWISE, 2015, p.3 apud ESCOBAR, Ibid, p.158)

Novamente, posturas relacionais e regenerativas não representam nada que ontologias alternativas, especialmente as dos diversos povos indígenas, já não tenham afirmado há séculos. Entretanto, o *design* para transições aborda tais questões inseridas no contexto de projeto, e pode ser uma das faces deste movimento de transição para sociedades sustentáveis. Um ponto positivo a este método, é sua preocupação com o ensino de *design*, visto que as escolas e

universidades são os espaços mais fundamentais a uma reorientação da prática de *design*.

O método propõe, como Escobar (Ibid. p.156) indica, uma “transformação social orientada pelo *design*. Ao aplicar o conhecimento interconectado de sistemas sociais, econômicos, políticos e naturais, ele busca abordar problemas que existem em todos os níveis de escalas, de maneiras que aprimorem a qualidade de vida”¹⁸. Para tal, um dos requisitos fundamentais ao DT é reconhecer na vida cotidiana, especialmente no âmbito local, da comunidade, a principal fonte de prática do *design*.

Além disso, este método trabalha com uma abordagem comunal, que parte de espaços locais como casas e vilas, em direção aos macro espaços, como cidades, países e o próprio planeta. Isso auxilia numa distribuição orgânica da metodologia, que possibilita maior integração com a realidade material local e garante maiores chances de transformação social partidas destes núcleos interconectados.

5.2 Túnel de vento da identidade

Desenvolvido por Alessandro Fergnani e John Sweeney, este método explora a identidade estratégica de empresas e organizações frente a condições adversas. A identidade estratégica pode ser entendida como uma espécie de cultura empresarial que determina diretrizes diante de situações mercadológicas diversas, bem como uma postura geral que represente a forma de agir de uma organização.

Os autores explicam haver uma certa lacuna em “como cenários podem gerar decisões estratégicas” (AVIN e GOODSPEED, 2020. apud FERGNANI, A. e SWEENEY, J. 2021). Portanto, um dos objetivos do trabalho dos autores é abordar o uso da futurologia aplicado às decisões estratégicas de empresas, compreendendo a especulação enquanto processo, não somente como produto final.

A execução deste método se dá na forma de dinâmica em grupo aplicada por um facilitador. Os participantes da atividade são membros ou funcionários da organização, atuantes em cargos diversos. Os materiais que viabilizam a metodologia, neste caso, são aparentemente simples. Consistem em post-its, quadros brancos, tabelas e materiais gráficos que podem ser impressos ou digitais.

¹⁸ O que segundo Escobar (Id. Ibid.) “inclui a pobreza, perda de biodiversidade, declínio da comunidade, degradação ambiental, recursos e mudança climática”

O procedimento de implementação do método é dado em 5 etapas, da seguinte maneira (FERGNANI e SWEENEY, 2021, p.8):

1. Entender as identidades: o facilitador questiona os participantes, buscando entender os diferentes tipos de identidade organizacional percebido pelos membros da empresa.
2. Planejamento de cenário: momento em que situações adversas são criadas pelos participantes através da especulação e ferramentas da futurologia. Os autores indicam o uso de métodos participativos para esta fase, visto que a participação prática dos envolvidos oferece um senso de agência e aprofunda o engajamento com a dinâmica.
3. Testar identidades: as identidades propostas na etapa 1 são relacionadas com as situações adversas da etapa 2 em uma matriz (figura 2). No eixo horizontal da matriz se encontram os cenários e no eixo vertical, as identidades. Após cruzadas todas as identidades e cenários possíveis, as identidades são validadas em relação a sua capacidade de resistir às condições adversas propostas. Uma identidade pode, então, ser adequada, inadequada, ou indefinida, tendo em vista o debate entre participantes
4. Gerenciar identidades: é pedido aos participantes que escrevam quais identidades são resistentes o suficiente para permanecer na atividade. O facilitador deve encorajar o debate entre participantes para o alinhamento entre as identidades remanescentes.
5. Encontrar a identidade estratégica: os participantes devem chegar a um consenso em relação a uma identidade estratégica unificada.

Figura 2 : Túnel de vento da identidade - cenários *versus* identidades

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Identidade 1	A decidir Razões:_____	Adequado Razões:_____	Inadequado Razões:_____	
Identidade 2				
Identidade 3				
Identidade 4				

Fonte: adaptado de Fergnani e Sweeney (Ibid.)

Segundo os autores (Id. Ibid. p.10), ao fim da atividade, a identidade estratégica pode tanto “clarear a essência da organização e unificar os membros ao redor dela ou redefinir a essência da organização em torno de uma nova identidade”.

Por mais simples que sejam os materiais utilizados na aplicação deste método, tais objetos pressupõem um certo ambiente de uso, no caso, o de escritório ou empresarial. Decerto que não necessariamente os mesmos materiais precisam ser utilizados, podendo ser substituídos por qualquer outro que cumpra a mesma função. Entretanto, toda a lógica do método se enquadra num contexto empresarial.

A questão não é, porém, invalidar instrumentos voltados às empresas, e sim localizá-las em relação ao todo que compõe o panorama ontológico decolonial aqui contextualizado. Isso significa que aplicar um projeto de futurologia a uma empresa de grande porte pode ser menos adequado do que às empresas menores. É necessário ainda, numa eventual aplicação do método proposto como resultado dessa pesquisa, entender o contexto empresarial como parte do cenário atual e dotado de potencial para a transformação social, e não como algo obrigatoriamente negativo, tendo em vista a relação superficial entre empresas e capitalismo.

Além disso, empresas de pequeno e médio porte podem apresentar maior resistência a aplicação desse tipo de método, visto que o resultado dele, a

identidade estratégica, pode ser uma ideia abstrata frente aos desafios materiais enfrentados. Candy (2010) já observava o fenômeno que chamou “golfo da experiência”, o qual supõe que quanto menor a imersão de um participante em dado cenário, menor será a importância dada ao problema abordado. Candy avalia este fenômeno especialmente relativo aos cenários distantes no tempo, mais difíceis de se imaginar, como o aquecimento global. Porém, como vimos, a sociedade de risco condiciona uma compressão simbólica do futuro que o torna inimaginável, enquanto o presente é vivido em regime de urgência constante.

Então, se uma organização inserida na sociedade de risco não vê um benefício a curto prazo no uso de um método ou ferramenta, pode não querer fazê-lo. Equilibrar forças em um projeto como este é um desafio profundo, por isso é necessário entender as organizações como agentes e reagentes no contexto sociopolítico apresentado, levando em conta suas particularidades, os pontos críticos e como abordá-los.

Por outro lado, as etapas da metodologia são bastante objetivas, e se resumem a tarefas de fácil aplicação para o facilitador. Da mesma forma, as diretrizes aos participantes podem ser explicadas com facilidade, principalmente pelo uso da metáfora do túnel de vento. Quanto à prática das etapas, os debates e especulação de cenários, embora possam ser desafiadores, não necessitam de um esforço excessivo. Por fim, o método pode ser aplicado em um ou dois dias, a depender da disponibilidade dos participantes.

Tais características anteriormente citadas agregam à estrutura formal da proposta deste trabalho. É fundamental que o método seja compreensível para facilitador e participantes, também que seja participativo e de duração maleável segundo o contexto onde está inserido o projeto.

5.3 Seis Pilares

Sohail Inayatullah (2008) define seis pilares de sustentação ao estudo de futuros. Neste caso, o autor estabelece o que parecem ser princípios fundamentais à prática da futurologia, a partir dos quais ele deriva ferramentas e métodos que possibilitem a construção de projetos sob estes princípios. Houve uma grande afinidade entre os seis pilares e os princípios avaliados como essenciais ao método proposto neste trabalho.

Os seis pilares de Inayatullah se resumem em mapeamento (1), antecipação (2), *timing* (3), aprofundamento (4), criação de alternativas (5) e transformação (6). Tais pilares são precedidos por seis conceitos fundamentais que devemos ter em mente ao estudar futuros e seis perguntas que permeiam a prática da futurologia.

Não cabe a este trabalho, porém, analisar as ferramentas específicas de cada pilar, tendo em vista que tais ferramentas são relativamente genéricas e podem até mesmo ser substituídas por outras, diferentemente dos seis pilares, que contém o cerne do modo de organização do pensamento do autor. Também não é a intenção avaliar os seis conceitos fundamentais ou ainda as seis perguntas para o estudo de futuros, ainda que estes sejam brevemente abordados adiante.

O primeiro pilar, mapeamento (1), consiste numa avaliação crítica do passado, presente e futuro, com o objetivo de compreender as causas de certos fenômenos, bem como a situação atual e as expectativas relativas ao futuro. Isso possibilita uma compreensão geral dos mecanismos sociais vigentes.

A antecipação (2) busca reconhecer padrões, oportunidades, riscos e fenômenos emergentes de forma geral. Este pilar se expressa numa observação minuciosa de tendências, que fundamenta as possibilidades de futuros a partir de uma extrapolação de fenômenos e eventos em fase prematura.

O *timing* (3), consiste na localização dos nossos modelos de transformação social, postos em relação com os grandes padrões de transformação social da história. Dito de outra forma, o *timing* representa a maneira como entendemos a transformação. Ela ocorre por sorte ou pela ação prática? Parte de indivíduos ou do coletivo? A mudança é mais, ou menos previsível? Existem períodos favoráveis à transformação social, sejam estas radicais ou não?

O aprofundamento (4) serve ao propósito de identificar a cadeia de eventos que sucedem um fenômeno inicial. Também funciona como meio de aprofundar o entendimento de um problema específico, compreendendo seus agentes, causas sistêmicas e assim por diante. Dessa maneira, é possível correlacionar causas e efeitos em múltiplas camadas de influência.

A criação de alternativas (5), como o nome indica, objetivamente trata de pensar em futuros alternativos, em termos de amplitude de cenários. A geração de alternativas possibilita a construção de um panorama de futuros possíveis, os quais serão filtrados, baseados no mapeamento prévio de contextos.

Por fim, a transformação (6) consiste primeiramente em objetivar um futuro preferido a partir das alternativas encontradas, e depois, a criação de um plano estratégico, baseado em ações práticas, que vise a concretização desta imagem particular de futuro.

Desta maneira, podemos identificar alguns pontos análogos aos conceitos apresentados no desenvolvimento deste trabalho, bem como em relação às expectativas para o método proposto. Primeiramente, expõem-se as limitações do método em relação ao presente contexto, para poderem ser apresentadas as semelhanças.

Inayatullah não toca exatamente no ponto da adaptabilidade do método aos diferentes contextos. Entretanto, este aspecto se encontra inserido na própria conceituação dos pilares. Isso se confirma já no primeiro pilar, o mapeamento, que busca entender as condições materiais da atualidade, e destas, são desenvolvidas as possibilidades de futuros em etapas posteriores. Apesar disso, simplesmente reconhecer contextos particulares não otimiza o método para a concretização material das possíveis transformações sociais.

Esta característica do método de Inayatullah é atenuada pelas seis perguntas e pelos seis princípios, já que estes provocam o usuário da metodologia a pensar em suas possíveis predeterminações e pré conceitos colonialistas, invertendo-os para a criação de futuros desejáveis aos pontos de vista decoloniais.

A forma com que o autor organiza os seis pilares parece cumprir as categorias estabelecidas para esta análise de forma geral, em razão da amplitude interpretativa que estes pilares permitem em sua aplicação. Apesar do autor sugerir ferramentas para cada pilar, é possível mapear ou gerar alternativas de formas bastante diferentes, possibilidade que se estende aos outros pilares. Entretanto, a amplitude aqui descrita pode ser a mesma que impossibilita a ação material de certos grupos, dada uma impotência sistêmica, que pode se beneficiar de maior especificidade em relação à prática. Não se sabe, porém, se é possível de fato sugerir um modelo de organização do pensamento que contemple tantas formas distintas de saber sem que este caia numa completa abstração ou eterno conflito hermenêutico, assim removendo seu caráter metodológico e objetivo.

O método dos seis pilares se aproxima das expectativas deste projeto especialmente no último pilar, a transformação. Pressupor um plano estratégico, que busque criar um ponto de partida para a ação material sobre o *status quo*, é

essencial a este projeto de pesquisa. O autor entende que o pensamento em futuros ajuda a criar as condições para uma mudança de paradigma (INAYATULLAH, *ibid.*), o que se alinha com os aspectos sistêmicos da futurologia e do *design*.

5.4 Cones do futuro

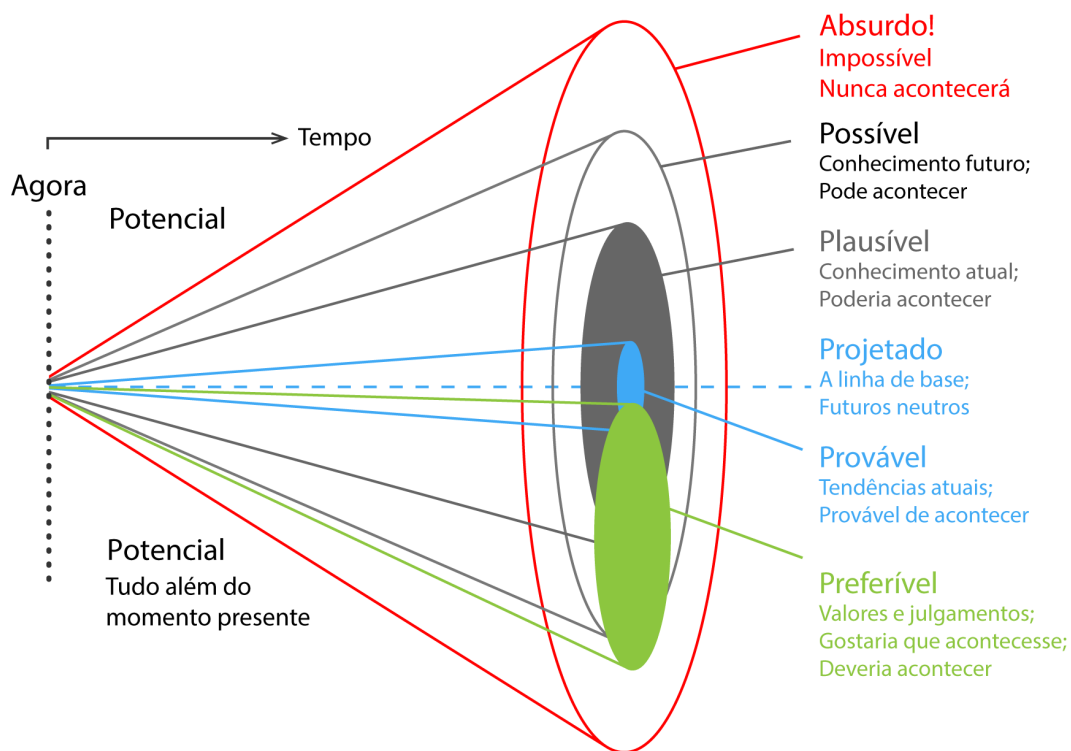
“Cones do futuro” é uma metodologia tradicional na futurologia que vem sendo constantemente adaptada, revisitada e debatida por outras autoras e autores. Candy (*ibid.* p.35) alega que o uso do cone de possibilidades, ou cone de futuros, é antigo na futurologia. Por exemplo, com Voros (2003, p.16 apud CANDY. *ibid.*), que por sua vez adaptou o diagrama de Hancock e Bezold (1994, p.25 apud CANDY, *ibid.*), além de variantes diversas que serão, para fins de análise, suprimidas.

O cone dos futuros mais simples, e mais comumente utilizado, é aquele proposto por Voros em 2003, então expandido pelo autor em 2017. Para esta análise será utilizada primariamente a referência mais recente (VOROS, 2017). A visualização do cone dos futuros ocorre por meio de um gráfico/diagrama (Figura 3), em que o eixo horizontal determina a passagem do tempo, e o vertical, a amplitude de possibilidades futuras. Neste gráfico se projetam, a partir de um ponto inicial que representa o presente, seis cones. Cada cone contém um significado atrelado a sua amplitude, posição e intersecção com outros cones. Esta é uma metodologia que busca a exploração de cenários futuros por meio da especulação. O cones são categorizados por Voros (*ibid.*) da seguinte maneira (figura 3):

1. Potencial – Tudo que está além do presente é um futuro potencial. Isso independe se este cenário é mais ou menos desejável ou mais ou menos complexo. Entretanto, quanto mais distante no tempo, maior o número de futuros potenciais.
2. Absurdo – são futuros percebidos como impossíveis, que beiram o ridículo.
3. Possível – são futuros que podem acontecer, mas cujos conhecimentos para realizá-lo ainda não possuímos
4. Plausível – são aqueles em que há uma possibilidade de concretização com base no conhecimento humano atual.

5. Provável – aqueles tem uma grande chance de ocorrerem com base na manutenção de tendências atuais.
6. Preferíveis – Futuros que desejamos, ou pensamos que devem acontecer por alguma razão. Contém um caráter político mais evidente. Se baseiam em questões éticas, culturais e sociais. Sua contrapartida se encaixa como espelho desta, os futuros indesejáveis, que gostaríamos de evitar.
7. Projetados – Não é exatamente um cone, mas representa os futuros pensados a partir de uma progressão contínua do presente. Este seria o mais provável dos futuros. Também funciona como uma linha de base para os outros cones.

Figura 3: Cones do futuro (expandido)



Fonte: adaptado de Voros (2017).

Uma limitação geral dos cones de futuros analisados, é desconsiderar o passado como produtor ativo do presente e do futuro. Ou seja, quando muito, consideram-se as possibilidades passadas como estáticas em relação ao presente, uma histórica consensual, baseada em fatos. Nestes modelos o passado é imutável.

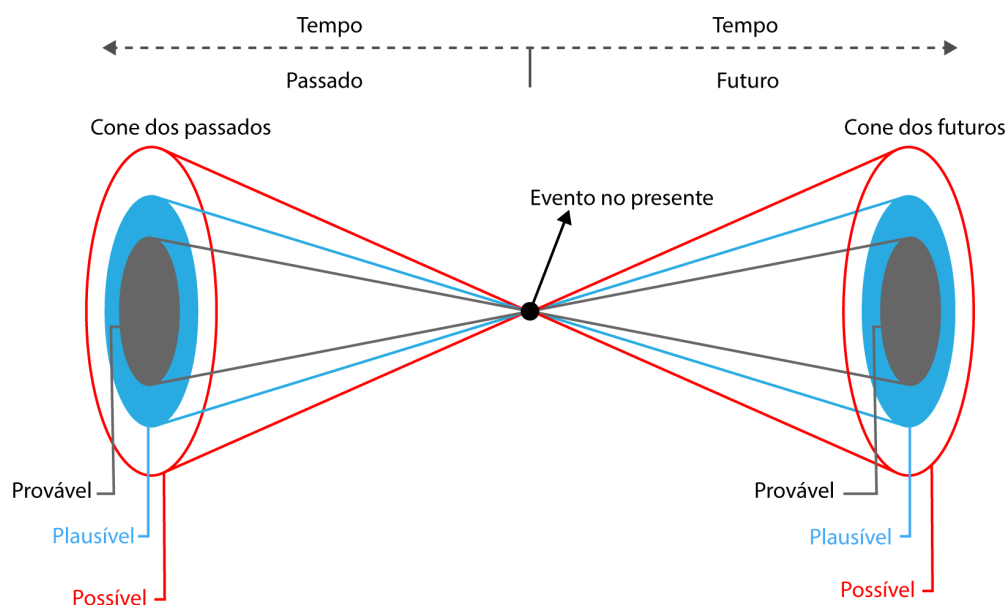
Vale lembrar, portanto, do conceito de rondologia debatido por Fisher (2014) com base em Derrida. Aquilo que “não é mais” e o que “ainda não é” se comportam como fantasmas que assombram o presente, transformando-o. É crucial a um pensamento decolonial, considerar o passado como elemento dinâmico que atua diretamente sobre as percepções do presente e do futuro, podendo ele mesmo ser transformado segundo o contexto.

Outra limitação dos cones apresentados, é considerar, ou deixar entendido, que os futuros preferíveis têm maior teor político atrelado a eles. Na verdade, possível, impossível, plausível, provável e preferível são todas categorias profundamente políticas, variáveis não só a partir de condições socioculturais, como também resultantes da relação de confronto entre uma realidade particular e outra, que contemplam futuros (aspirações) e passados (histórias) específicos. Há uma tendência de analisar o preferível relativo ao contexto específico, mas o possível/impossível relativo a todo o conhecimento humano, de forma genérica.

Candy (Ibid.) é um dos autores que reconhece o fator político dos futuros plausíveis, prováveis e preferíveis de forma equivalente, entretanto ele não aborda a relação dos cones do futuro com o passado, aspecto que também nos interessa. O não reconhecimento do passado acaba expondo o risco de considerar a história como única, universal, sequer influente sobre os futuros. Esta forma de entender os futuros pode favorecer o pensamento colonialista, devendo, portanto, ser evitada.

Em contrapartida, autores como Christofilopoulos (2021) experimentam com a adição do passado como um campo adicional de avaliação nos cones do futuro (Figura 3). O autor argumenta que “Os eventos no passado ‘absoluto’ são aqueles que poderiam ter contribuído diretamente ou indiretamente com o evento na ponta do cone.”

Figura 4: Cones de tudo



Fonte: adaptada de Christofilopoulos (2020)

Embora a abordagem de Christofilopoulos seja interessante ao considerar a pluralidade do passado, sua visão advoga pelas alternativas de passado que nunca ocorreram, mas que poderiam ter desencadeado um certo evento. Ou seja, os passados alternativos, neste caso, carecem de simultaneidade. Em relação a este trabalho, tratamos da diferença de percepção e interpretação do passado. Não basta reconhecer os passados hipotéticos que poderiam causar um evento presente, mas sim entender que múltiplos passados podem coexistir, ser interdependentes ou excludentes, tendo em vista as diferentes ontologias, e que estes continuam a promover uma transformação ativa do presente e dos futuros. Estas diferenças abrangem locais, culturas, épocas e políticas diferentes, conforme foi explicado.

De tal forma, pressupor que os passados, presentes e futuros de um fenômeno ou evento sofrem influência direta de eventos análogos, ou do mesmo evento quando inserido em uma ontologia diferente, permite a reflexão consciente de como é possível comunicar os tempos específicos para agentes externos, construir defesas contra ontologias excludentes, ou incorporar àquela ontologia particular, outras realidades.

De certa forma, estes recortes estáticos do passado, ainda que existam, partem do princípio que aquilo que já passou é imutável. Talvez isso seja válido num sentido físico e material, de forma que não podemos voltar ao passado e alterá-lo.

Entretanto, a percepção sobre o passado pode mudar, e de fato é inconstante e subjetiva. Como fica claro a esta altura, o passado também é político, portanto, passível de transformação.

5.5 Avaliação geral das metodologias

Resumindo o conjunto de análises desenvolvidas, vemos que, como se espera, os métodos são dependentes de contexto, e podem ser úteis em momentos específicos, promovendo vantagens e desvantagens em relação a cada projeto. O que se extrai de forma geral, são três tendências principais na forma de organização das metodologias. A primeira, é uma (1)tendência de abstração dos aspectos políticos importantes, como no caso dos cones de futuros de Voros e Cristofilopoulos, que reconhecem a política e diversidade de alguns dos cones, mas não de outros, ou não reconhecem de forma adequada a política inerente às percepções sobre o passado. A segunda tendência demonstra (2)um foco nos aspectos mercadológicos, como no túnel de vento de Fergnani e Sweeney. Tenha-se em mente que questões mercadológicas também são importantes ao método aqui proposto, desde que sejam postas em relação às questões e condições sociais que produzem o mercado, bem como o reconhecimento das exclusões promovidas por este meio no que toca as discussões sobre colonialismo, capitalismo e fim dos futuros. Uma última tendência observada é a de (3)tratar apenas das questões filosóficas e perceptivas acerca dos futuros e do *design*, em detrimento de uma ação concreta, como no caso do *design* de transição apresentado por Escobar. Embora o *design* de transição pressuponha novas formas de agir, ele não orienta como esse novo pode ser alcançado, nem perspectivas de como superar os empecilhos a esta tarefa. O Método de Innayatullah, seis pilares, parece ser o mais coerente à união entre o conceito e prática de uma futurologia decolonial. O autor apresenta tanto aspectos filosóficos que devem ser transformados, quanto ações concretas, bem como avaliações e explorações de contexto.

Quanto à categoria de adaptabilidade, observa-se o seguinte: o *design* de transição é uma metodologia perfeitamente adaptável, cada área é ampla o suficiente para permitir uma adequação à diversidade de contextos e ontologias. O túnel de vento da identidade, por outro lado, possui uma capacidade de adaptação

moderada quanto ao uso de materiais. Contudo, no âmbito conceitual, ela é restrita a empresas, provavelmente àquelas de médio e grande porte, que possam investir recursos e tempo na exploração de uma identidade corporativa. Os seis pilares se originam de um pesamento decolonial de Innayatulah. Fato que reflete numa possibilidade de adaptação de cada pilar aos contextos específicos dos povos diversos. Este processo se torna mais fluido tendo em vista que a essência da metodologia é seu modelo mental, mais do que um conjunto de processos rigorosos. Entretanto, as ferramentas propostas pelo autor para a concretização de cada pilar podem ser leve ou moderadamente restritivas, caso os participantes não estejam familiarizados com certos aspectos técnicos e processuais da futurologia. A adaptabilidade dos cones do futuro, depende de certa forma de qual o autor proponente. Enquanto tal, Voros não qualifica o uso de sua metodologia em relação aos diferentes contextos, entretanto, os cones são de compreensão relativamente simples e objetiva, e podem ser adaptados quando feitas algumas alterações de significado, escala e natureza em conceitos como possível e impossível. Christofilopoulos também apresenta uma forma inicialmente restritiva de enxergar os cones, visto que aborda o passado como um aspecto universal da realidade. Contudo, assim como Voros, através de um ajuste conceitual a metodologia pode se tornar adaptável.

Em relação à regeneratividade, o *design* de transição está completamente imerso neste conceito, a metodologia parte do princípio que as condições sociais nas quais o exercício do *design* se insere, devem ser também alvo de transformação, esta transformação deve ser de cunho relacional, em direção a modos de vida sustentáveis. O túnel de vento da identidade, por outro lado, não pressupõe qualquer relação de regeneratividade. Embora exista uma preocupação inerente com os futuros na proposta metodológica, ela se apresenta como meio de exploração da identidade corporativa. A identidade corporativa pode servir para criar uma cultura organizacional e preparar funcionários e partes interessadas¹⁹ para desafios futuros por meio de um plano estratégico. Estas estratégias e cultura empresarial nem sempre estão alinhadas com uma lógica regenerativa. Os seis pilares Innayatulah (Ibid.) pontua ao longo de todo o texto a preocupação com sustentabilidade, além de indicar que comumente as transformações sociais surgem em meio às minorias sociais. Neste sentido, sua metodologia é fundada sobre uma

¹⁹ Stakeholders, na tradução original.

“maneira de ser” harmoniosa, que busca enaltecer e recuperar identidades e práticas perdidas ou apagadas. Os cones do futuro, por fim, têm uma ação centrada na exploração narrativa dos cenários mais do que nas relações sociais especificamente. Neste caso, depende dos aplicadores da metodologia formular cenários regenerativos ou não, segundo o contexto e objetivo do projeto.

Finalmente, sobre os aspectos de materialidade, o *design* de transição não está centrado na concretude. Ainda que pressuponha ações materiais, ou novas formas de fazer *design*, isto se dá no campo da teoria, e a aplicação material está totalmente desvinculada do alcance metodológico. O túnel de vento da identidade vai na direção oposta, pautado em grande parte pela materialidade. As explorações de cenário e identidades preliminares, embora orientadas pelo signo simbólico, convergem para a concepção de uma identidade, que por sua vez orienta um plano estratégico que busca uma transformação ativa da realidade corporativa. Já os seis pilares, em sua maioria, apresentam-se como concepções sobre a história, realidade e relações sociais. Entretanto, além das ferramentas sugeridas pelo autor, que ampliam a possibilidade de materialização das transformações, os dois últimos pilares, geração de alternativa e transformação, concentram-se especificamente na materialização das ideias. Neste caso, o caminho possível que resulta do último pilar pode ser considerado também como material, tendo em vista que os problemas abordados por esta metodologia tendem a ser complexos, de médio a longo prazo. Os cones do futuro, por último, funcionam mais como uma ferramenta de visualização do funcionamento de um pensamento inscrito nos conceitos fundamentais da futurologia, do que como uma forma de produzir algo. Cada cone define uma categoria de futuro, e desta categorização podem ser feitas correlações que eventualmente produzam um resultado material, embora esta etapa não esteja prevista na metodologia em si.

Para melhor compreender e visualizar a categorização e análise das metodologias em questão, foi estruturada uma tabela (figura5) que relaciona as quatro metodologias com as três categorias fundamentais propostas para a análise, a adaptabilidade, regeneratividade e materialidade.

Figura 5: Tabela de categorização metodológica

	Adaptabilidade	Regeneratividade	Materialidade
Design de transição	B	B	C
Túnel de vento das identidades	A	C	B
Seis Pilares	B	B	B
Cones do futuro	A	A	C

LEGENDA:
A - Variável
B - Aderente
C - Não aderente

6. PROPOSTA METODOLÓGICA

Partimos então para a proposta metodológica a qual resultou de todo o processo teórico conceitual, das análises e das percepções relativas aos problemas sistêmicos, que por sua vez orientaram esta pesquisa.

A construção da metodologia se fundou em dois momentos principais. O primeiro foi enquanto resultado das problemáticas e causas relativas ao fim dos futuros, compressão do tempo, capitalismo tardio e colonialismo. Buscou-se refletir sobre quais elementos seriam adequados ao enfrentamento destes problemas. Depois, a análise objetiva dos métodos permitiu o melhor entendimento do panorama metodológico atual, quais suas lacunas e como poderiam se adequar ao contexto de uma futurologia decolonial fundamentada pelo *design*. Estas duas etapas, então, formaram a base de concepção da metodologia proposta.

Após este momento, foram definidos requisitos qualitativos que deveriam orientar a metodologia em si, também influenciando sua concepção. Segundo os requisitos levantados, a proposta que resulta deste trabalho deveria:

Reconhecer, com base num design ontológico, a agência do *design*, do processo de *design* e do próprio objeto projetado, como sendo equivalentes num movimento de construção da realidade. De tal forma, reconhecemos que não somente o *designer* é agente, como também as coisas projetadas e os próprios processos os são. Ao entender a agência das coisas sobre nós, podemos resgatar outra forma de se relacionar com o mundo. Este ciclo se estabelece para além de um sistema fechado, onde fatores externos, contextuais e o próprio planeta Terra promovem uma transformação ativa (não necessariamente consciente) das múltiplas facetas da realidade.

O significado de ser brasileiro, apesar de ter passado por ressignificações, ainda hoje carrega certos estigmas vindos da formação do país. A valorização do “ser brasileiro”, aqui, não deve entrar em conflito com a autodeterminação dos povos indígenas, visto que o processo histórico que formou o país e os brasileiros, não necessariamente valoriza os povos originários e suas particularidades, assim como no caso de uma generalização da América Latina. Reforçar essas particularidades, ainda que integradas por uma relacionalidade e desafios em comum, é essencial para o desenvolvimento da metodologia.

A metodologia deveria também, reconhecer a não linearidade dos diferentes aspectos da percepção do tempo. Operando sob o entendimento que a história pode continuar a agir sobre as diversas ontologias no presente e no futuro, assim como ela própria se transforma continuamente. Da mesma forma, reconhecer que o futuro afetou e continua a afetar as formas de ser no mundo. Estes três aspectos do tempo podem hora se fundir, hora entrar em conflito. A possibilidade de apreender recortes e nuances das diferentes formas de entender a realidade, de forma a compor com um quadro geral dos fenômenos que enfrentamos, é a razão pela qual se estabelece este critério.

Isso significa que valorizar as histórias, de maneira que fiquem bem definidas as relações políticas e sociais que produziram as atuais noções do que foi o passado, também assumindo formas alternativas de saber histórico, é tão essencial para construção material do futuro quanto a própria especulação. Abandonar as histórias alternativas àquela hegemônica pelas sociedades norte americanas e europeias, é tão somente reproduzir as condições de manutenção da estrutura capitalista. A concepção de história envolve, além de tudo, o reconhecimento de causas e efeitos dos desequilíbrios que hoje experimentamos.

A proposta deveria ser compartilhável e adaptável a contextos múltiplos, conforme a necessidade de quem o utilize. Não faria sentido reservar esta forma de pensar e relacionar fenômenos, considerando que o intuito de sua criação é justamente contribuir para a criação de uma sociedade mais digna, posta em relação à coletividade. Apesar desta característica fundamental, seria necessário embutir no cerne da metodologia algum tipo de elemento simbólico que evite a reprodução da lógica colonialista através deste método.

A metodologia deveria fomentar, de forma enfática, a autonomia de sua etapa prática, possibilitando abordagens múltiplas de atuação material em relação ao objeto resultante do processo metodológico. A metodologia não deve, em suas diretrizes, restringir as formas de produzir resultados, seja em relação ao uso de materiais, tempo, ou espaço, podendo ser reproduzida por pessoas e em condições as mais diversas possíveis.

O método deveria ser holístico, não num sentido de contemplar todas as variáveis simultaneamente ou pretender ser universal, mas de compreender e validar a pluralidade de formas de ser no mundo que contribuam com a formação de um panorama global das problemáticas enfrentadas. Em que estas ofereçam

possibilidades de reação. Salvo exceções quando estas formas de ser no mundo reproduzem a norma liberal-capitalista, visto que isso provocaria uma implosão de todas as outras ontologias. Por isso, entende-se o modelo socioeconômico atual como uma espécie de anti-ontologia, dada sua característica inerente de supressão de formas alternativas a ela própria.

Resumidamente, apresentam-se os critérios pré-definidos da seguinte forma:

- Agência múltipla: reconhecer e valorizar o poder de transformação material, interdependente, entre *designer*, objeto, processo e contexto.
- Compartilhável: O método deveria ser facilmente replicado e adaptado às diferentes ontologias.
- Autônomo: permitir formas de construção prática de resultados das formas mais diversas o possível, dados os diferentes contextos e pessoas.
- Holístico: compreender as múltiplas formas de saber, de forma a construir um panorama geral dos desafios e possibilidades de reação.

Como Saldanha (ibid., p.47) nos trouxe, “o regime de um futuro aberto, que procurava ativamente o não experimentado foi substituído por uma política de gestão de riscos”. Apesar disso, não há intenção de retornar à forma de futuro aberto à qual Saldanha se refere, no caso, àquela da modernidade colonial escravista. Sim, é necessário recuperar o não experimentado e o novo, desde que sejam pautados pelos princípios apresentados, de uma relacionalidade pós colonial, regenerativa.

Bruno Munari oferece algumas perspectivas em relação à construção do método de design. Dentre elas, uma que nos interessa é a ideia dos diferentes tipos de solução, que segundo Munari (1998, p.34) podem ser soluções provisórias, definitivas, comerciais, que durem no tempo, tecnicamente sofisticadas ou simples e econômicas. Percebe-se que o autor não apresentou estas categorias de soluções como definitivas, mas como exemplos, na tentativa de ressaltar a importância de refletir o que, como e para quem aquela metodologia serve. Aqui, portanto, uma das atividades iniciais mais relevantes foi a de entender como tais aspectos se inserem na proposta. Neste caso, a meta-solução que se apresenta como a metodologia de futurologia e design, busca ser uma solução em transformação e adaptação constante, provisória no sentido de que pode a qualquer momento ser

complementada e revisada. Ela deve ser multifatorial, ou seja, contemplar diversos aspectos da realidade e os campos de atuação humana. A metodologia pode ser aplicada para projetos específicos e resoluções de problemas particulares, ou como forma de pensar problemas sistêmicos, eventos ou fenômenos mais amplos.

Durante as leituras e reflexões sobre o problema de pesquisa, foram identificados três principais áreas de conflito envolvidas com a execução de um projeto, tendo em vista também as categorias e requisitos já apresentados. Primeiro, nota-se a necessidade de (1) compreender possibilidades e impossibilidades, dadas as restrições sistêmicas e materiais de um determinado contexto. Depois, (2) formular e comunicar estes futuros enquanto alternativas válidas e possíveis em relação ao imaginário atual. Por fim, (3) encontrar, ou construir meios de concretizar essas possibilidades. Estes três movimentos podem se expressar a partir por meio da política, artes, literatura, por vias estéticas, sociais ou econômicas. Quanto maior o número de pontos de intervenção, melhor uma determinada ideia pode tomar forma.

Com relação à materialidade, é importante estabelecer as possibilidades de execução do método, de forma que a prática seja um reflexo da ontologia a partir da qual se desenvolve o projeto. Para tal, a produção de protótipos ou peças narrativas é um dos atributos centrais a esta proposta. Esta produção pode se dar de maneiras diversas, de acordo com orçamento, tempo e objetivos do projeto. Alguns exemplos podem ser o desenvolvimento de curta-metragens, histórias em quadrinhos, contos narrados ou escritos, *workshops* imersivos *flash-mobs*, performances, peças de artes visuais ou *design*. Enfim, as possibilidades de aplicação são inúmeras, e caberá ao contexto e participantes do projeto definir a melhor abordagem.

Nas análises anteriores, foi ressaltada a necessidade de contemplar a multiplicidade de percepções e interpretações acerca do passado, presente e futuro em ontologias e contexto distintos. Isto não significa, porém, que esta proposta metodológica busque apreender todas essas diferenças e suas relações, visto que isso poderia gerar um conflito interpretativo que paralisaria o projeto. Entretanto, é fundamental determinar uma ontologia de origem para aquele projeto e então reconhecer quais fenômenos influenciam o objeto central do projeto.

Foi construído um diagrama de visualização da metodologia, ainda em fase de protótipo (Figura 6). O diagrama primário se divide em dois eixos, o horizontal, representa os domínios dos aspectos do tempo, nos quais as multiplicidades

interagem e se transformam. O eixo vertical representa a amplitude das possibilidades em cada aspecto do tempo. A amplitude é dada em relação a uma linha de base que representa os futuros colonialistas, modernistas. Quanto mais distante desta linha contínua, mais pluriversais são as possibilidades. Pode-se, então, seccionar a metodologia em 4 partes interdependentes, sendo estas:

Etapa 1: contextualização. Esta etapa determina condições prévias e atuais que envolvem um determinado evento, fenômeno ou projeto de maneira geral. Está inserida primariamente no domínio dos passados e presentes (Figura 6a). Como anteriormente explicado, é importante considerar a multiplicidade do passado em projetos de futurologia e *design*. Não se trata apenas de conhecer o que já passou, ou de um uso sistemático da experiência que busque apenas prever eventos futuros, ou embasar positivamente ações do presente. Se trata de identificar quais estereótipos, medos e desejos não mais existentes, continuam a influenciar o presente e conseqüentemente, os futuros. Além da positividade da memória, tradição e experiência, deve-se buscar entender em que momentos o passado se impõe aos outros tempos como negação de formas de ser e futuros possíveis.

Deve-se recordar o conceito de futurologia apresentado a partir de Fisher. Questionando quais pessoas, processos, objetos, ideias e verdades não mais existem, mas que continuam a modificar o presente. Esta etapa se aproxima de algumas das ideias acerca dos cones do futuro, como o de Christophilopoulos (Ibid), embora exista uma divergência relativa à forma como o passado se expressa.

Portanto, a primeira etapa também busca localizar o objeto de investigação ou transformação do projeto em relação às narrativas do presente, ou dos presentes. De forma equivalente aos passados e futuros. O presente também é multifatorial e subjetivo.

É crucial ao andamento desta etapa, que exista uma concordância entre os participantes do projeto em torno das cosmovisões e metanarrativas que compõem o panorama histórico do objeto de projeto em questão. Este acordo acerca do passado e presente pode não ser alcançado de imediato, portanto, leve-se o tempo necessário para fazer pesquisas e debates que fundamentem os aspectos referentes a estes tempos de forma mais ampla e profunda o possível. Poderia se dizer que o passado presente e futuro dependem mais do observador, ou do conjunto destes, do que do evento em si. Embora reconheçamos a agência que as coisas têm sobre nós, somos nós aqueles que reproduzem a forma de ser no mundo e de transformar

destas coisas. Ainda que os processos e objetos tenham poder de transformação, não são capazes de interpretação, algo que nos é particular.

Para melhor cumprir esta tarefa, podem ser utilizadas ferramentas tradicionais de pesquisa e *design* voltadas à exploração e compreensão de problemas. Análises documentais e de literatura, pesquisa *desk*, mapas mentais e observação de fenômenos atuais que tem alguma relação de causa e efeito com momentos do passado, podem ser maneiras interessantes de abordagem. De forma geral, as formas de compreender o passado serão próprias a cada equipe, devendo estas escolherem a maneira mais adequada de conduzir esta exploração.

Etapa 2: especulação. Nesta etapa, saltamos para o domínio dos futuros. Recomenda-se o uso de métodos de exploração de cenários e futurologia. Montgomery e Woebken (2016), por exemplo, oferecem onze ferramentas de modelagem de futuros, que podem servir a propósitos diversos conforme os objetivos do projeto. A etapa de especulação deve levar em conta a amplitude (Figura 6a) e profundidade (Figura 6b) dos cenários. Conforme Candy (Ibid, p.17) elucida, a amplitude concerne a variedade numérica de cenários. Enquanto a profundidade se relaciona às especificidades e detalhes de um cenário específico. Este par de conceitos serve à exploração quantitativa no primeiro caso, e qualitativa, no segundo. Podem ser utilizadas em sequência, primeiro para entender possibilidades e depois para explorar a fundo as camadas de um cenário, bem como seus impactos em regiões diversas.

Em termos filosóficos, nos aproximamos de Fisher e Franco Berardi nesta etapa. É necessário entender que a categoria “impossível” é, em sua maior parte, uma forma de poder e controle sobre a expressão de futuros perfeitamente possíveis. Comumente um determinado cenário pode ser tachado como utópico, como num sentido quase infantilizado, imaturo. A contrapartida à utopia e ao impossível é o realismo capitalista como única alternativa viável, conforme apresentado por Fisher (2009). Portanto, tomamos emprestada a filosofia de Franco (2009), na qual, relembramos, o impossível é apenas um possível impedido de se realizar por uma condição mandatária, mas não necessária, do mundo atual.

Esta etapa fundamenta as etapas 3 e 4, oferecendo insumos através dos quais os planejamentos serão efetuados e as possibilidades investigadas em relação ao seu grau de factibilidade nos contextos atuais, bem como o que precisa ser alterado para que estes futuros desejáveis se realizem. Dado o caráter de

adaptabilidade da metodologia na totalidade, as ferramentas de exploração de cenários podem atuar de maneiras distintas, possibilitando resultados também distintos segundo objetivo e contexto do projeto. Entretanto, é fundamental reconhecer quais das narrativas de futuros para além daquelas que continuam a reproduzir os discursos predatórios da atualidade. De forma objetiva, é necessário entender quais imagens do futuro hegemônicas entram em conflito e podem impedir a realização de imagens do futuro relacionais, decoloniais.

Etapa 3: comunicação. Este é um ponto que requer atenção especial. Entende-se que sem formas adequadas de comunicar, o processo de transformação social em direção aos futuros fica prejudicado. Um problema de comunicação necessariamente se transforma num problema de concretização, visto que os diferentes grupos sociais têm diferentes ideias sobre passados e futuros, que representam as duas etapas anteriores. Deve-se ter em mente que a importância desta etapa pode ser equivalente à sua dificuldade de execução. Quanto mais distantes da linha de base (Figura 6a-a), ou seja, daquela sociabilidade capitalista realista, colonial, mais difícil é o processo de comunicação²⁰. Fosse simples esta tarefa, muitos grupos não precisariam se submeter a tantos riscos na luta por direitos básicos, nem insistir com tamanha veemência na resolução de sérios problemas iminentes. Por outro lado, este processo pode ser simplificado por grupos e projetos que já apresentem certa afinidade com partes do sistema.

Cabe, então, uma avaliação de possibilidades também em relação à comunicação, que pressuponha riscos e oportunidades. Para tal, desta etapa resulta um plano de comunicação que busque identificar espaços adequados à comunicação, possíveis riscos, formatos e recursos necessários para a tarefa. Ainda, deve-se compreender nesta etapa, para quem e o que exatamente se deseja comunicar, qual a realidade dessas pessoas e que possíveis conflitos ou colaborações elas podem oferecer. O que resulta desta etapa é um plano de comunicação que pode ser posto em prática quando necessário, e funcione também como documentação relativa aos aspectos comunicativos do projeto.

²⁰ Um exemplo claro são os povos indígenas. Por mais que muitos representantes desses diversos povos venham ocupando espaços importantes na sociedade ocidental, como cargos públicos, a mídia, redes sociais e produção de literatura, a maioria de seus pares se encontra em péssimas condições de comunicar sua forma de ser como válida neste sistema. O que resta muitas vezes é o confronto direto, nas ruas, para comunicar a violência estrutural. Entretanto, este tipo de ação tende a ser rejeitado pela sociabilidade neoliberal, num movimento inverso de valorização da propriedade privada e da liberdade econômica em detrimento da vida humana. Isto vai além de um problema comunicativo, é incompatibilidade pura.

Luhman apresenta um conceito de comunicação fundamental à compreensão desta etapa. O autor faz uma crítica à ideia de comunicação como mera transmissão de informações, devido às incongruências que tal pensamento pode gerar no processo de comunicação entre locutor e interlocutor. Ele explica que a comunicação é um “sistema autopoietico”, em que a comunicação reproduz a si mesma à medida em que reproduz suas condições de existência. A comunicação determina e é determinada por suas próprias condições fundadoras. De tal forma, Luhman estabelece que a comunicação resulta da síntese de três elementos, que ele chama de “seleções”. A (1)seleção da informação, a (2)seleção do ato de comunicar e a (3)seleção que se realiza no ato de entender, ou não, os dois primeiros.

Contudo, o autor ressalta que estes três aspectos da comunicação não devem ser indicadores qualitativos ou de validação da comunicação. Estes são formados apenas no interior da comunicação, e fora dela não existem. Por isso, Luhman (Ibid., p.222) propõe que a comunicação deve ser entendida como uma “questão de seleções distintas cuja seletividade está constituída pela comunicação mesma”.

Este plano de comunicação, resultado da etapa 3, deve levar em conta os aspectos tríplexes da comunicação, enquanto compreende a comunicação como um processo autopoietico, ou seja, que forma a si mesmo. A atividade central aqui é, enquanto emissores, articular as seleções de informação e do ato de comunicar, de forma que a seleção do ato de entender, partida do receptor, não seja prejudicada nem prejudique as outras duas seleções, ou a comunicação como um todo. Vale notar, por fim, que o ato de entender pode ser orientado tanto à informação quanto ao ato de comunicar (Id. Ibid.). Portanto, ambos devem ser coerentes entre si. Para tal, além de compreender o que e como se quer comunicar algo, é fundamental entender para quem se quer comunicar, dado que o entendimento desta ou destas pessoas é indispensável à realização da comunicação. Este alguém, o receptor, também pode querer comunicar algo em retorno, dada sua diferença de contexto e vivência. A comunicação deve, então, preparar o usuário deste método para intermediar diálogos, ou ações, que conduzam o processo de comunicação em direção à plena distribuição dos saberes e do projeto em si.

Etapa 4: aplicação. Assim como a comunicação, a etapa de aplicação é crucial para um bom resultado de projeto. Nesta etapa não se trata a aplicação como uma resolução absoluta do problema inicial. Muitos dos problemas enfrentados são

complexos, sua resolução pode demorar anos e envolver agentes e processos além de nossa capacidade de atuação imediata. Neste sentido, nesta etapa se trata de colocar tendências (ou contra-tendências, caso necessário) em movimento, para que o curso de eventos no horizonte temporal estimado possa ser melhor aproveitado. Esta etapa parte do princípio apresentado por Saldanha (Ibid.) como a lógica das propensões. A qual determina dois aspectos fundamentais: (1) que uma tendência tem a tendência própria de se maximizar ao longo do tempo; (2) que uma vez maximizada, esta tendência começa a se deteriorar. Uma vez identificadas as fraturas em uma macrotendência, estas podem ser exploradas para a criação de uma contra-tendência, que provavelmente estava presente, mas que tinha dificuldade de se concretizar devido às circunstâncias e disputas de espaço e poder.

A aplicação pode ser realizada de formas diversas de acordo com o contexto dos participantes do projeto. Tendo em vista a fundação deste trabalho no *design*, uma recomendação para esta etapa é o uso de métodos e ferramentas de design para produção de um resultado material. Todavia, não é necessário se restringir ao *design* tradicional, principalmente tendo em vista a discussão de Papanek (Ibid.) sobre todos fazermos *design* a todo instante, ou o *design* ontológico de Escobar (Ibid.) e Anne-Marie Willis (Ibid.). Neste sentido torna-se, o ser ou não design, uma questão simbólica mais do que prática. Dessa forma, uma proposta de política pública pode ser uma forma de aplicação, um evento educativo pode ser outro, um projeto social *idem*, e assim por diante.

O resultado desta etapa apresenta-se como um plano estratégico que pressuponha faixas de tempo específicas conforme as determinações das etapas 1, 2 e 3. Recomenda-se a delimitação da faixa de 0 a 5 anos para ações de curto prazo. 5 a 10 anos como ações de médio prazo. Acima de 10 anos, para longo prazo. Entretanto, estas são apenas recomendações gerais, visto que objetivamente as faixas temporais dependem das condições de realização dos participantes do projeto e do grau do problema abordado. Neste caso, podem ser definidos marcos intermediários entre períodos de tempo para reafirmar a validade do projeto e explorar mudanças que possam afetar o problema investigado. É importante lembrar que quanto mais distante no tempo buscamos entender um fenômeno, mais abstrato e inconstante ele tende a se tornar, visto que o número de variáveis e possíveis interferências inesperadas também cresce com o tempo.

Figura 6a: Diagrama da proposta metodológica

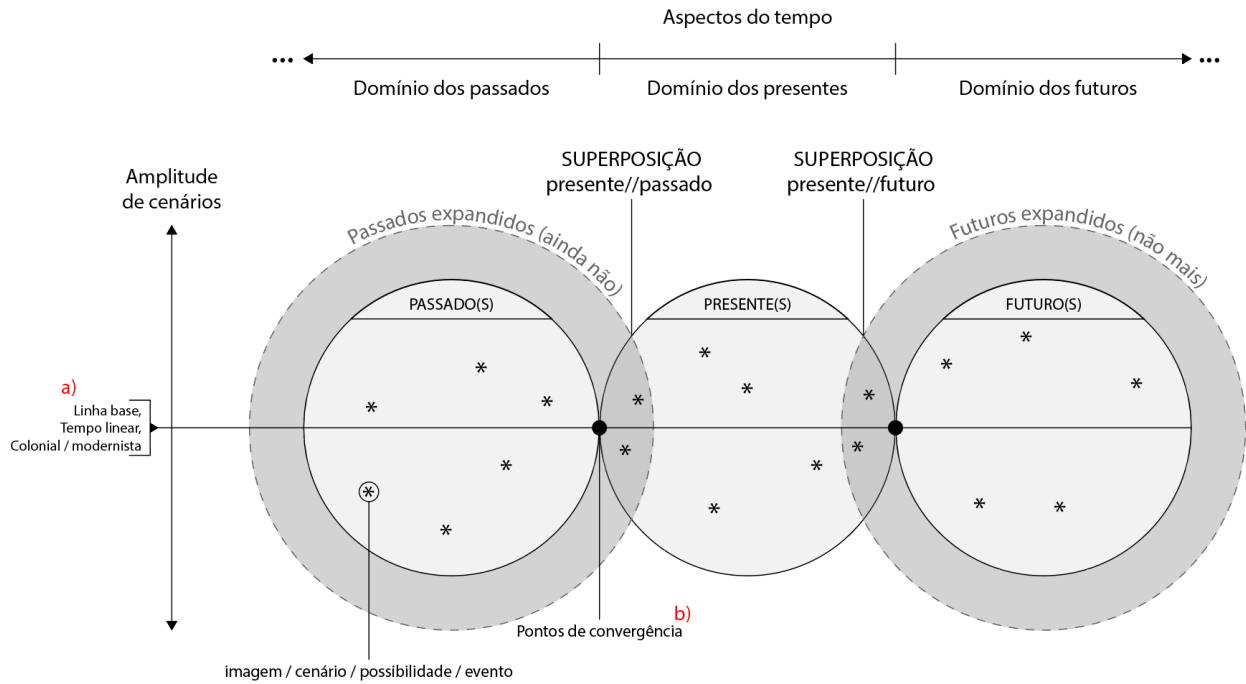
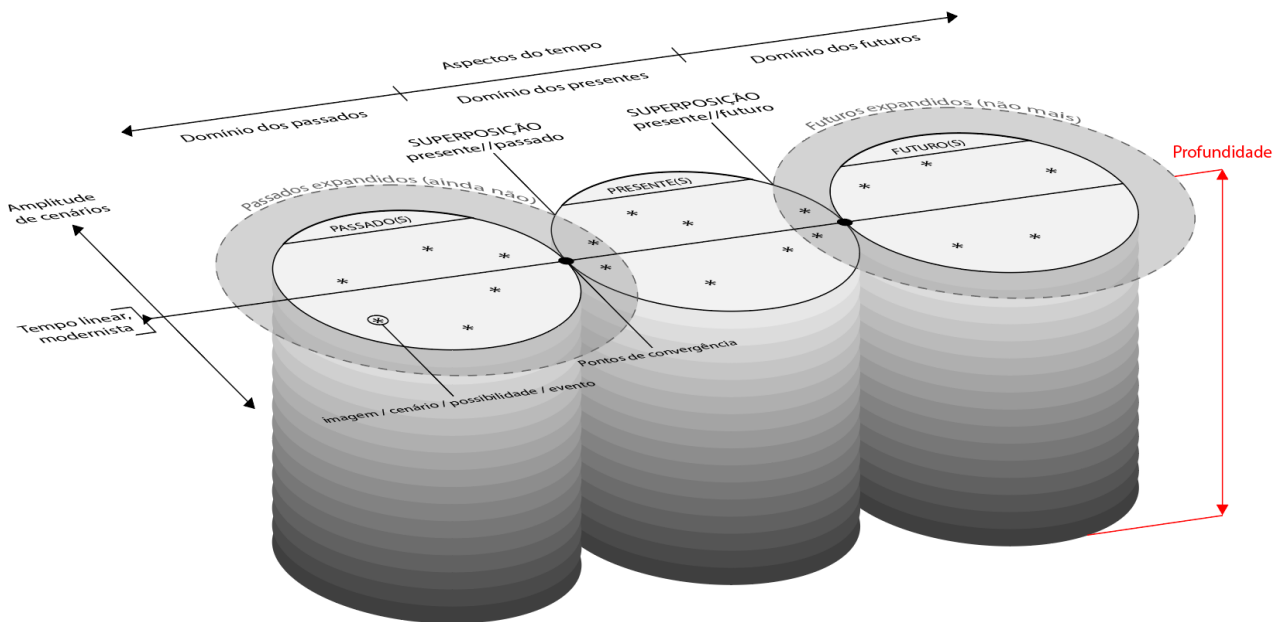


Figura 6b: Diagrama secundário da proposta metodológica



6.1 ORIENTAÇÕES GERAIS

É importante ainda, ressaltar alguns princípios gerais que norteiam a execução de um projeto de acordo com o método aqui proposto, mas que não se inserem diretamente nas etapas. O método deve ser orientado pela interdisciplinaridade do *design* e da futurologia, também como um aspecto inscrito no princípio da regeneratividade. Portanto, sempre que necessário, especialistas ou

peças influentes inseridas em um determinado problema avaliado, devem ser consultadas e, de preferência, convidadas a participarem de todo o percurso do projeto. De tal forma, evitam-se problemas relativos a uma má interpretação de problemas sistêmicos devido à falta de contato ou experiência com o tema. Além disso, seria irresponsável tentar solucionar um problema para um grupo de pessoas que não foram consultadas, nem participaram do processo.

Uma maneira multifatorial de abordar as etapas é a partir de Montgomery e Woebken (Ibid, p.42), que propõem uma análise das perspectivas futuras através da categorização *STEPP*, derivada do *marketing*, uma sigla para as palavras social, tecnológico, econômico, ambiental (*environmental*) e político. A aplicação destas categorias ao longo de todas as etapas, pode contribuir de formas distintas para uma melhor aplicação da metodologia. Na (1) contextualização e (2) especulação, por exemplo, as categorias podem ajudar a identificar a predominância de origem e natureza de um problema, tendência, medo ou desejo. Na (3) comunicação e (4) aplicação, podem auxiliar a precisar um conjunto de ações objetivas, ou delineamento geral de práticas e comportamentos, em uma ou mais destas categorias, que favoreçam transformação das condições iniciais de projeto.

É necessário observar atentamente as condições sociais que induzem a um pensamento colonialista. Isto é, fatores culturais dos membros da equipe, que possam reproduzir, agravar ou simplesmente mostrarem-se ineficientes diante de um problema específico. Muito se atribui, na futurologia, as soluções do mundo à tecnologia maquinal, industrial. Entretanto, devemos lembrar de tecnologias sociais e psicoteologias, que podem ser tão significativas quanto qualquer outra, senão mais. Problemas sistêmicos normalmente requerem alterações sistêmicas profundas, algo que tecnologias provenientes da robótica, computação e engenharia, raramente se preocupam em abordar. Tecnologias sociais, por outro lado, mesmo sendo de implementação socialmente complexa, oferecem perspectivas alternativas à resolução de problemas. Exemplos de tecnologias sociais e psicoteologias no contexto atual são: alfabetização, politização, educação financeira, consciência de classe, consciência ecológica, dentre outras.

Tendo em vista a importância que damos à agência das coisas, objetos, do *designer* e do próprio processo de *design*, o método contempla os 3 aspectos do tempo (passado, presente e futuro) (Figura 6a) como elementos de importância equivalente. Contudo, os futuros sempre serão o objeto de atenção ao final, visto

que o objetivo central de uma metodologia de futurologia e *design* é promover a transformação de uma situação atual em direção a um, ou vários futuros almejados, seja apenas pela simbologia especulativa, na criação de imagens do futuro, ou como parte de um plano de ações objetivo.

A representação visual dos aspectos do tempo em círculos é meramente figurativa, especialmente quando se trata do passado e futuro. Ou seja, estes dois podem se expandir para além da nossa capacidade interpretativa, não são ciclos fechados em si mesmos, nem contém a totalidade de experiências humanas. O presente, por outro lado, fica limitado pelas condições materiais da atualidade. Os pontos de inflexão (Figura 6a-b), representam momentos onde efetivamente as virtualidades se transferem em atualidades, ou realidades. No espaço entre estes pontos apresentam-se as oportunidades de ação concreta que podem colocar em movimento ou desestabilizar tendências.

Tal qual a estrutura de *design* de transição apresentada por Escobar (Ibid.), este método contém 4 grandes áreas. Entretanto, como foi analisado, o *design* de transição carece de aplicação material. Embora pressuponha alterações materiais, estas se apresentam de forma abstrata e genérica, visto que o foco principal do método é abordar condições sociais e modelos de pensamento que permitam a aplicação em quaisquer projetos. No caso da presente proposta, além das transformações sociais, pressupor um resultado material, seja este na forma de um plano estratégico, ação concreta ou objeto diegético, é importante para dar movimento ao que chamamos de tendências emergentes.

A aplicação pode ser realizada de formas diversas, segundo as particularidades dos participantes, do projeto e da ontologia a partir da qual se observa o problema central. A aplicação pode estar centrada na produção de histórias, ou na confecção de objetos diegéticos. O método também pode abraçar outras formas de execução, segundo contexto e necessidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS FUTUROS

Tanto o processo de pesquisa teórica e revisão de literatura, quanto os resultados do projeto, foram satisfatórios. Dá-se por cumprido o objetivo geral, que determinava a construção de uma metodologia de design e futurologia fundamentada por princípios da decolonialidade, a partir de uma conjunção tríplice entre design, futurologia e política. Com o intuito de que esse modelo de pensamento contribuísse com a recuperação geral da agência sobre a especulação dos futuros possíveis e a transformação prática da realidade.

Contudo, este trabalho não pretende ser definitivo, nem apresentar um método final, como se este buscasse resolver todos os problemas do mundo. Nem sequer poderia ser este o caso. Um trabalho de conclusão do bacharelado deve ser, antes de tudo, uma semente que pode crescer e eventualmente dar frutos, considerando-se as condições e ações propícias a isso.

Talvez seja proveitoso expor melhor a história do design modernista no século XX, momento que foi pontualmente mencionado no capítulo 3. Entender o papel de uma das maiores escolas de design e arquitetura, a Bauhaus, nos contextos apresentados seria uma adição excelente ao trabalho. Bem como buscar outras escolas e pensamentos do design influentes da época.

Mesmo tendo sido cumprido o objetivo geral, naturalmente existem limitações latentes na proposta atual. Dadas as restrições de tempo e escopo, não foi possível testar a validade do método ou aplicar ferramentas adicionais para incrementar a proposição. Portanto, nota-se o espaço disponível para ampliação, validação e posterior reestruturação do método. Podem e devem ser aplicados métodos de pesquisa colaborativos, visto que o presente trabalho foi fruto de uma jornada e percepções primariamente individuais, ainda que orientadas ao todo e ao coletivo.

Todavia, deixar em aberto a questão da colaboração, que fundamenta a proposta, seria contraditório aos próprios princípios da metodologia, que buscam a interdisciplinaridade, além da consulta e participação ativa das partes afetadas por um problema. Tendo em vista esta preocupação, é válida a posterior complementação do projeto a partir do encontro, seja através da vivência ou da leitura, de outras formas de saber e fazer o mundo, e no mundo. Outras metodologias também podem ser analisadas em um momento futuro, visto que a

seleção para este trabalho foi relativamente restrita, considerado o panorama global de atores, metodologias e ferramentas.

O conceito de rizoma apresentado por Berardi (Ibid, p.116) a partir de Deleuze parece interessante para uma posterior evolução do método. De maneira breve, esta ideia pressupõe uma rede integrada, porém descentralizada, sem hierarquias, onde qualquer nódulo pertencente ao todo pode se comunicar com qualquer outro sem passar por um centro de controle. Tal ideia pode ser melhor explorada e integrada ao pensamento metodológico no futuro.

Há um interesse, a ser investigado num momento oportuno, nas ideias de Winograd e Flores apresentadas por Escobar (Ibid.) acerca da substituição da palavra “problema” por “breakdown”, que pode ser traduzido como desarranjo, colapso ou quebra. Isto se dá porque segundo os autores, um colapso significa uma ruptura na forma habitual de estar e ser no mundo. Nestes momentos as falhas dos modelos de pensamento e de política ficam expostas e é quando surgem oportunidades de ação para o *design*, que reconfigura estas relações em uma nova, mais adequada.

É fundamental, ademais, compreender que este trabalho é, pois, uma manifestação política acerca da destruição sistemática de perspectivas futuras e da própria liberdade subjetivada em direção a um estado de bem-estar, sustentabilidade e regeneratividade. Não se encerram os caminhos desta pesquisa neste momento de conclusão da graduação. Dadas as problemáticas expostas, este trabalho é uma ínfima constatação acerca de uma cadeia imensurável de variáveis e disputas de espaço e poder que devemos compreender e nos apropriar para garantir o bem-viver.

De uma ou outra maneira, a intenção para a posterioridade é comover pessoas à ação, despertar medos, desejos e aspirações. Elucidar processos, causas e efeitos, criar soluções, comprar todo tipo de disputa. Isso deve ser motivado pelo resgate da esperança escoraçada pelas relações socioeconômicas da contemporaneidade, e por uma recuperação da confiança política, do desígnio, do ato de projetar, igualmente prejudicados pela exaustão, medo e pelo *realismo*. Se trata de compreender que outras histórias, realidades e sonhos, são de fato possíveis, e se encontram logo além do horizonte.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Manuela A. & MORENO, Nayara. **Pensar e fazer design em um mundo em transição**. In: Anais do Congresso Internacional de Design da Informação; Congresso Nacional de Iniciação Científica em Design da Informação. 9., 2019, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: [s.l.], 2019. p.2505-2510.

ALBERT, Bruce.; KOPENAWA, Davi. *Descobrimo o branco*, em: NOVAES, Adauto; FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE (BRAZIL) (Orgs.). **A outra margem do ocidente**. **Brasília**, Brasil. São Paulo, Brasil: Minc, FUNARTE ; Companhia das Letras, 1999.

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu**: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In : Albert Bruce (ed.), Ramos R.C. (ed.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-Amazonico*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 239-274. ISBN 85-7139-355-9

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do céu**: palavras de um Xamã Yanomami. tradução: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BELL, Wendell. **Foundations of futures studies**: human science for a new era. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers, 2004.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BOSCH, Torie. **Sci-Fi Writer Bruce Sterling Explains the Intriguing New Concept of Design Fiction**. SLATE BLOG, 2012. Disponível em:
<<https://slate.com/technology/2012/03/bruce-sterling-on-design-fictions.html>>

CANDY, Stuart. **THE FUTURES OF EVERYDAY LIFE: POLITICS AND THE DESIGN OF EXPERIENTIAL SCENARIOS**. Tese (doutorado). Universidade do Havaí em Mānoa. Honolulu, Havaí, 2010.

CANDY, Stuart. **The Futures Of Everyday Life: Politics and the Design Experiential Scenarios**. 2010. Tese (Doutorado) – Filosofia, Universidade do Hawai'i, Manoa, Havaí.

CICOGNA, Júlia Isabel Richter, et al. **Mortalidade por suicídio de adolescentes no Brasil: tendência temporal de crescimento entre 2000 e 2015**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, vol. 68, no 1, março de 2019, p. 1–7. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/0047-2085000000218.

CHRISTOFILOPOULOS, Epaminondas. **Special Relativity Theory Expands the Futures Cone's Conceptualisation of the Futures and The Pasts**. *Journal of Futures Studies*, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349213799_Special_Relativity_Theory_Expands_the_Futures_Cone%27s_Conceptualisation_of_the_Futures_and_The_Pasts>

CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DATOR, Jim, 'Prefácio'. In: Richard Slaughter (ed.), **The Knowledge Base of Futures Studies** (3 vols.). Hawthorne, Australia: DDM Media Group, 1996. Disponível em: <http://www.futures.hawaii.edu/dator/futures/foreward.pdf>.

DATOR, Jim. 'De-Colonizing the Future', *Journal of Futures Studies*, 9 (3): 93-104. 2005. [Publicado originalmente em Andrew A. Spekke (ed.). *The Next 25 years: Crisis & Opportunity*. Washington, DC: World Future Society, 1975]

DIEESE - departamento intersindical de estatística e estudos econômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário**. DIEESE. 2021. disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2020>>

FERGNANI, Alessandro e SWEENEY, John A. **Identity Wind Tunneling**: A method for discovering an organization's strategic identity using scenarios. **Futures & foresight science**, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/ffo2.96>>.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973 ou 1981.

FISHER, Mark. **A falsa sensação de liberdade no neoliberalismo**. YouTube, 24/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y9sWQOlm6A>.

FISHER, Mark. **Ghosts of my life**: writings on depression, hauntology and lost futures. Alresford: Zero Books, 2014.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2009.

FRY, Tony. **Defuturing**: A New Design Philosophy. London, England: Bloomsbury Visual Arts, 2020.

G. W. F. HEGEL. **Princípios da filosofia do direito**. 1ª ed. Livraria Martins Fontes Editora: São Paulo, 1997

GOONATILAKE, Susantha. **De-westernising futures studies**. In: SARDAR, Ziauddin (Ed.). **Rescuing All Our Futures**. Twickenham, England: Adamantine Press, 1999, p. 72–82.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. Original publicado em 1936.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2007-2018**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro , IBGE: 2019.

INAYATULLAH, Sohail. **Six pillars: futures thinking for transforming.** *foresight*, vol. 10, no. 1, p. 4–21, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2008.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do Liberalismo.** 2. ed. Tradução: Giovanni Semeraro. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal: Liberdade, Igualdade, Estado;** tradução Cario Alberto Fernando Nicola Dastoli; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LUHMANN, Niklas e NAFARRATE, Javier Torres. **Introducción a la teoría de sistemas.** Luzern, Switzerland: Anthropos, 1996.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas.** São paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTGOMERY Elliott P. and WOEBKEN Chris. **Extrapolation factory - operator's manual:** Publication version 1.0 - includes 11 futures modeling tools. North Charleston, SC: Createspace Independent Publishing Platform, 2016.

PAPANEK, Victor. **Design for the real world: Human ecology and social change.** 2. ed. London, England: Thames & Hudson, 1985.

SAFATLE, Vladimir. **A forma institucional da negação: Hegel, liberdade e os fundamentos do Estado moderno.** *Kriterion: Revista de Filosofia*, vol. 53, no 125, junho de 2012, p. 149–78. DOI.org (Crossref),

SALDANHA, Rafael Mófreita. **O fim do futuro: o tempo das metamorfoses.** Tese (doutorado) – Curso de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

SARDAR, Ziauddin. **Colonizing the future:** the 'other' dimension of futures studies. *Futures*, vol. 25, no. 2, p. 179–187, 1993.

SASSEN, Saskia. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global. [s.l.]: Paz E Terra, 2016.

SOLANO-MENESES, Eska Elena. **Télesis Y Diseño:** Análisis del papel de las condicionantes culturales en los cambios paradigmáticos. *Revista Legado de Arquitectura y Diseño*, vol. 2019, núm. 26. 2019. disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4779/477961406013/html/>>

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina.** In: *Movimientos socioambientales en América Latina. Revista del Observatorio Social de América Latina*, año XIII, nº 32. Buenos Aires: CLACSO, outubro de 2012

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **State of commodity dependence 2014.** [s.l.]: Nova lorque, 2015.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala,: Quito, 2009. p.14-15 (nota de rodapé). Disponível em: <<http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wp-content/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-y-sociedad.pdf> >

WHITEROSE. **MR.ROBOT.** Temporada 4, episódio 11, 2019. Direção: Sam Esmail. New York: Universal Cable Productions, Anonymous Content, 2015. Disponível em: USA Networks (canal televisivo).

WILLIS, Anne-Marie. **Ontological Designing.** *Design Philosophy Papers*, v. 4, n. 2, p. 69–92, 2006. disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272139246_Ontological_Designing>

ŽIŽEK, Slavoj. **Unbehagen in der Natur** – Além de Fukuyama. In: **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.